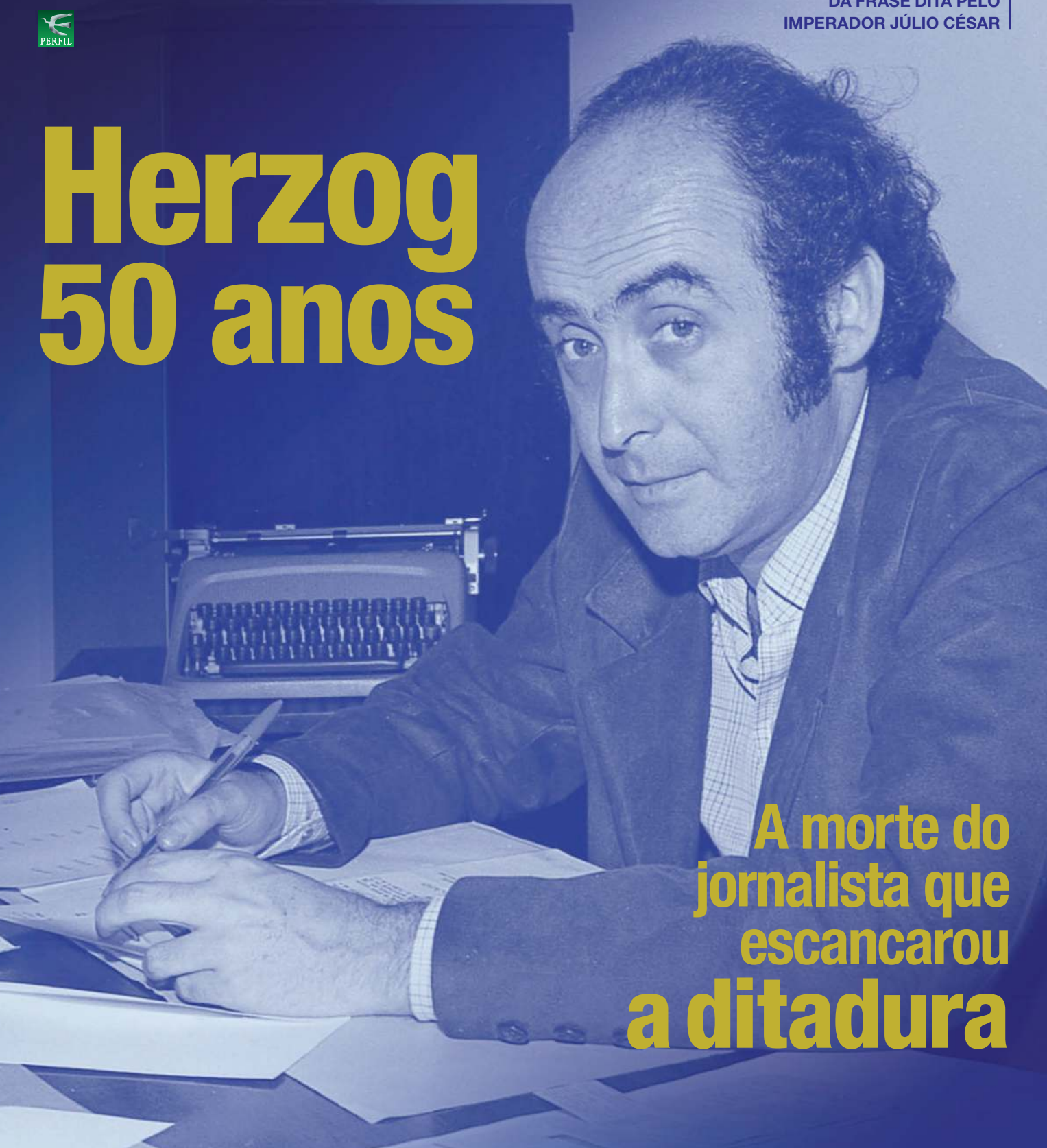


AVENTURAS NA

HISTÓRIA

MAURICIO DE SOUSA
90 ANOS: TRAJETÓRIA DO
PAI DA TURMA DA MÔNICACOMO A IGREJA
PREPAROU AS RELÍQUIAS
DE CARLO ACUTIS"VENI, VIDI, VICI": A ORIGEM
DA FRASE DITA PELO
IMPERADOR JÚLIO CÉSARHerzog
50 anos

A morte do
jornalista que
escancarou
a ditadura



PRESIDENTE

Luis Fernando Maluf

DIRETOR EDITORIAL:

Ademir Corrêa

AVENTURAS NA
HISTÓRIA

EDIÇÃO:

Fabio Previdelli

EDIÇÃO DE ARTE:

Marli Miler

REVISÃO:

Hellen Ribeiro

ines249



HERZOG 50 ANOS

A MORTE DO JORNALISTA QUE ESCANCAROU A DITADURA

EDIÇÃO 268

SÃO PAULO
EDITORIA PERFIL
2025

VLADIMIR E MAURICIO

Auge da ditadura militar. O ano de 1975 começa com jornais sofrendo censura prévia, sacramentando mais ainda a morte da liberdade de expressão, e termina marcado por uma perda tão grande quanto: a do jornalista Vladimir Herzog. Naquela manhã de sábado, de 25 de outubro, Herzog saiu de casa como se fosse viver mais um dia de sua vida. Apresentou-se deliberadamente no DOI-CODI. De lá nunca mais foi visto com vida. Foi covardemente torturado e morto pelos agentes da ditadura. Cinquenta anos depois, Herzog ainda vive, seja como mártir dos anos de chumbo ou como memória da luta democrática. Sempre presente. Nesta edição de AVENTURAS NA HISTÓRIA, sua vida e legado seguem ecoando, contados em uma entrevista exclusiva com seu filho, Ivo. Outubro também está presente na

vida de outra personalidade indiscutível de nossa cultura. Os 90 anos de Mauricio de Sousa são celebrados com um especial que relata as lutas e batalhas que o pai da Turma da Mônica superou para se tornar um dos maiores cartunistas do Brasil. Mauricio, que também sofreu com perseguições políticas, jamais se deixou abater com a adversidade, mostrando que o amor à arte é maior do que tudo. Dois exemplos, dois caminhos distintos, duas histórias inspiradoras que jamais merecem ser esquecidas. Para que Herzog continue nos inspirando na luta por uma sociedade livre; e Mauricio siga nos fazendo sorrir em nossas simplicidades.

Fabio Previdelli
Editor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Herzog 50 anos : a morte do jornalista que
escancarou a ditadura. -- 268. ed. --
São Paulo : Perfil Brasil Comunicações,
2025. -- (Aventuras na história)

ISBN 978-65-80901-72-2

1. História universal I. Série.

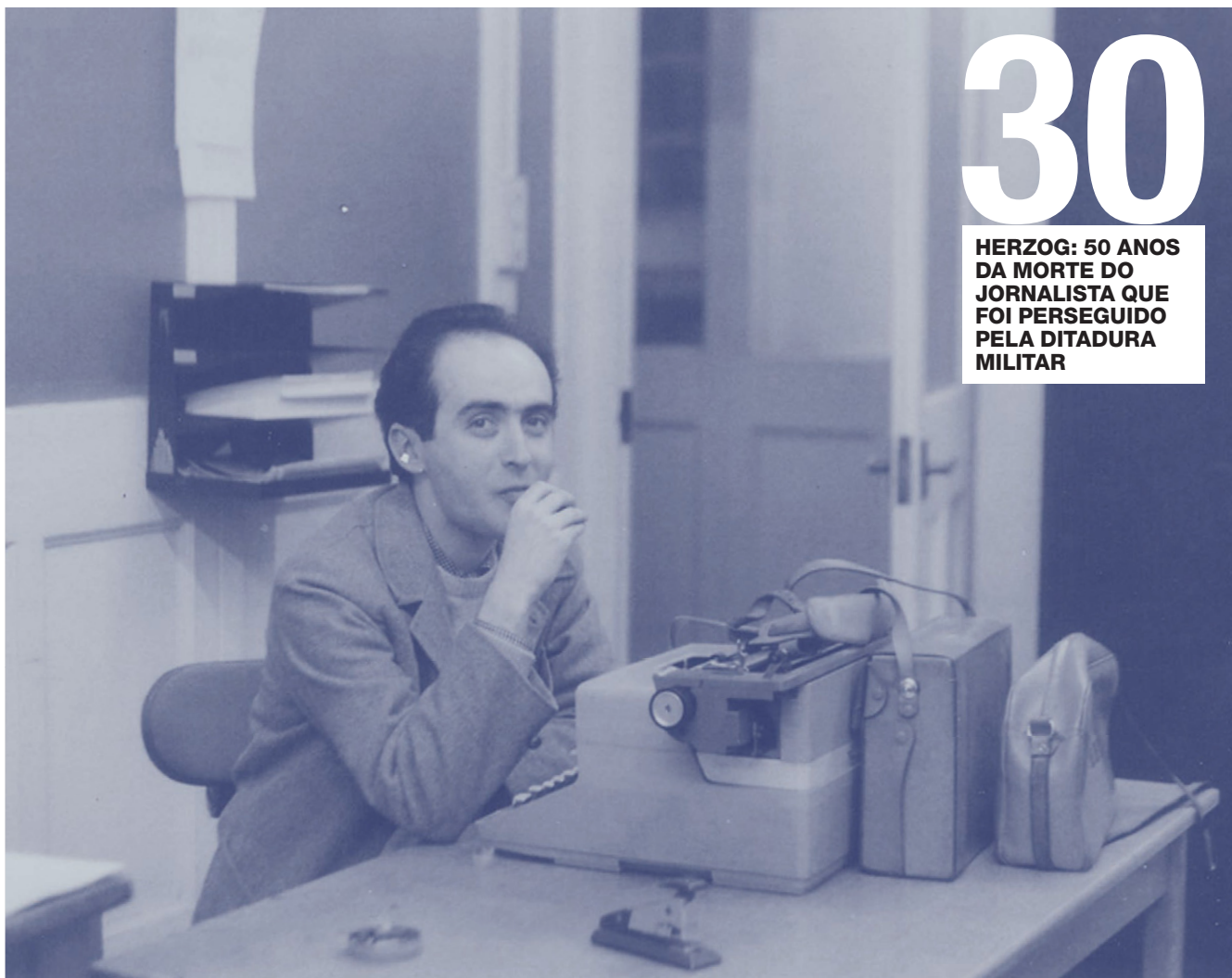
25-307842.0

CDD-909

Índices para catálogo sistemático:

1. História geral 909

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



30

HERZOG: 50 ANOS DA MORTE DO JORNALISTA QUE FOI PERSEGUIDO PELA DITADURA MILITAR

06 ARTE
Ziraldo, o pai do Menino Maluquinho

08 PARA VISITAR
Uma viagem imersiva ao Titanic, o maior naufrágio da história

12 CURIOSIDADES
"Veni, Vidi, Vici": a origem da icônica frase de Júlio César

16 HOJE NA HISTÓRIA
Os 78 anos da inauguração do MASP

40 PROF. VÍTOR SOARES EXPLICA
A execução de Maria Antonieta

18 PERSONAGEM

Maurício de Sousa 90 anos: do gibi para as telonas, a vida de um dos maiores cartunistas do Brasil

42 CURIOSIDADES

A exumação e as relíquias de Carlo Acutis, e como a Igreja preparou seu corpo

48 LITERATURA

Tremembé: a vida de Suzane von Richthofen além do presídio dos famosos

54

COLUNA RICARDO LOBATO

OS JULGAMENTOS DE NUREMBERG

56

COLUNA DRA. ROSELLE SOGLIO

111 MORTOS: O MASSACRE DO CARANDIRU



NO PODCAST SEMANAL DA AVENTURAS NA HISTÓRIA VOCÊ ACOMPANHA OS PRINCIPAIS ASSUNTOS SOBRE A HISTÓRIA DO MUNDO E DO BRASIL AO LONGO DOS SÉCULOS. AVENTURE-SE!



ZIRALDO

O artista de múltiplos talentos

POR GIOVANNA GOMES

Ziraldo Alves Pinto, mais conhecido como Ziraldo, foi um dos maiores nomes da cultura brasileira no século 20, com uma carreira multifacetada que se destacou no humor gráfico, na literatura infantil, no jornalismo e nas artes visuais. Nascido em Caratinga, Minas Gerais, em 24 de outubro de 1932, mostrou desde cedo talento para o desenho e o humor e, já com 6 anos de idade, teve uma ilustração publicada no jornal *Folha de Minas*.

Nos anos 1950, Ziraldo passaria a colaborar com revistas e jornais de grande circulação, produzindo charges, ilustrações e cartuns que rapidamente conquistariam o público. Mais tarde, alcançou grande notoriedade ao participar do semanário *O Pasquim*, fundado em 1969, que se tornou um símbolo da resistência cultural durante a ditadura militar.

Engajado politicamente, o cartunista chegou a ser preso três vezes. A primeira delas se deu em dezembro de 1968, apenas um dia após a decretação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), marco do endurecimento do regime. Até o fim da ditadura, *O Pasquim* sofreria diversos ataques, incluindo bombas na redação e em bancas de jornal.

Apesar das prisões e perseguições, Ziraldo foi agraciado com o prêmio principal do 32º Salão Internacional de Caricaturas de Bruxelas — considerado o “Oscar do Humor” — após ter suas obras publicadas em revistas na Europa e nos Estados Unidos.

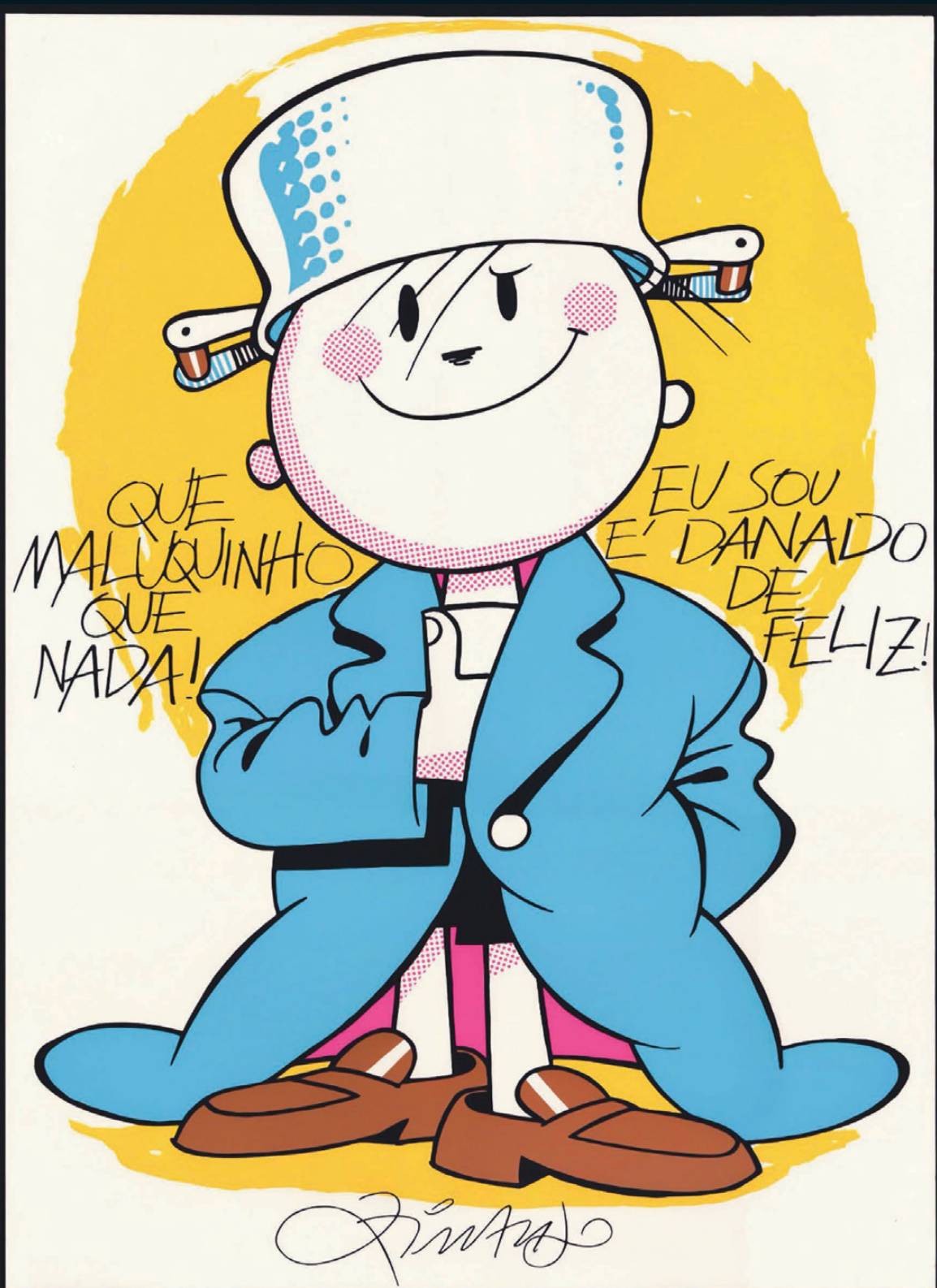
LITERATURA INFANTIL

Paralelamente à sua atuação no humor gráfico, Ziraldo consolidou-se como um dos autores mais influentes da literatura infantil brasileira. Ainda em 1969, publicou *Flicts*, obra revolucionária tanto pelo conteúdo poético quanto pela ousadia gráfica, que colocou o Brasil no mapa da literatura infantil contemporânea. A fábula poética sobre uma cor que não encontrava seu lugar no mundo encantou leitores de todas as idades, até mesmo os astronautas da Missão Apollo 11, que receberam exemplares durante visita ao Brasil. Neil Armstrong chegou a escrever ao autor, dizendo: “A Lua é Flicts”.

Em 1980, lançou seu maior sucesso, *O Menino Maluquinho*, que se tornaria um clássico absoluto. De acordo com a BBC, a história do menino com a panela na cabeça, acompanhado de sua capa e espada improvisadas, vendeu mais de 4 milhões de exemplares e ganhou adaptações para teatro, cinema, séries de TV e até ópera.

Ao longo de sua carreira, Ziraldo publicou mais de cem livros como autor, colaborador ou ilustrador, muitos dos quais se tornaram *best-sellers*. Suas histórias alcançaram crianças em diversos países, sendo traduzidas para idiomas como espanhol, italiano, inglês, alemão e francês.

Ziraldo faleceu em 6 de abril de 2024, aos 91 anos de idade, em sua casa no Rio de Janeiro, após anos de saúde debilitada em razão de acidentes vasculares cerebrais.



PARA VISITAR

TITANIC

UMA VIAGEM IMERSIVA

POR GIOVANNA GOMES



Reprodução do convés do Titanic



A entrada para a embarcação



Uma reprodução do Titanic



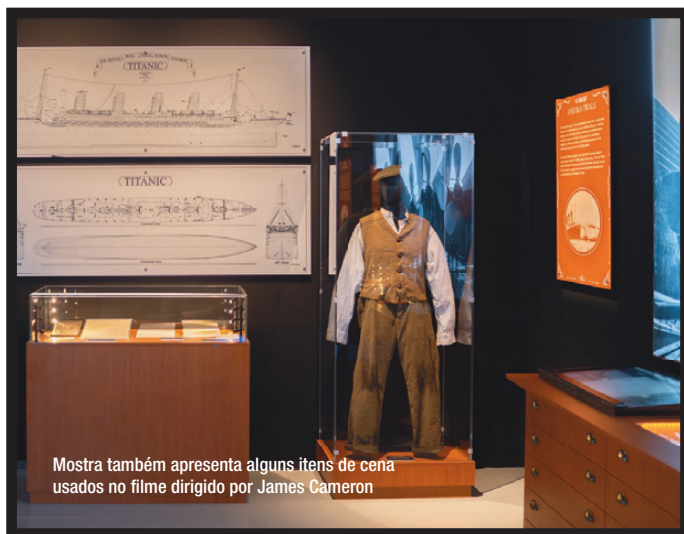
PARA VISITAR



Por dentro de um dos quartos do Titanic



Reprodução da cabine do capitão



Mostra também apresenta alguns itens de cena usados no filme dirigido por James Cameron

Depois de temporadas de sucesso em países como Estados Unidos, Itália e Canadá, a experiência "Titanic: Uma Viagem Imersiva" desembarca pela primeira vez na América Latina. A estreia aconteceu no dia 16 deste mês, no Shopping Eldorado, em São Paulo.

A mostra reúne mais de 150 artefatos originais, documentos históricos, bilhetes da White Star Line, objetos de tripulação e mobiliário da época, além de instalações 3D e reconstruções cênicas, como a famosa escadaria central inspirada em Versalhes. O público também encontrará itens de cena do filme dirigido por James Cameron.

A narrativa vai além do naufrágio e apresenta personagens e elementos fundamentais ligados ao Titanic: desde sua construção e os navios-irmãos Olympic e Britannic; até o Carpathia, responsável pelo resgate dos sobreviventes; o Californian, que permaneceu em silêncio; e o próprio iceberg, acompanhado desde sua formação até a dissolução no Atlântico.

SOBRE A EXPERIÊNCIA

A experiência multimídia inclui projeções mapeadas, tour guiado em áudio via aplicativo, materiais educativos, áreas interativas e espaço para fotos, além de uma loja temática. Há ainda uma atração extra em realidade virtual, com ingresso à parte, que permite explorar os destroços do Titanic em detalhes.

Produzida pela Exhibition Hub, em parceria com a Fever, a White Star Memories e colecionadores internacionais, a exposição busca transformar a viagem mais icônica da história em uma experiência sensorial e envolvente.

SERVIÇO

EXPOSIÇÃO TITANIC: UMA VIAGEM IMERSIVA

ONDE? Shopping Eldorado. Avenida Rebouças, 3970 - Pinheiros, São Paulo, 035402-600

QUANDO? A partir de 16 de outubro

INGRESSOS Via Fever; a partir de R\$45 reais

DURAÇÃO Aproximadamente 60 a 90 minutos

SOBRE O TITANIC



Era uma quarta-feira, 10 de abril de 1912, quando o lendário RMS Titanic deixou o porto de Southampton, na Inglaterra, com destino à Nova York, nos Estados Unidos. Na manhã de domingo, 14 de abril, a embarcação recebeu a primeira mensagem de advertência sobre o campo de gelo que se aproximava. O alerta foi repetido outras cinco vezes ao longo do dia, enquanto o RMS Titanic passava pelo Canadá, próximo da região da Ilha de Terra Nova. Quando a noite já caía, um dos vigias do lendário transatlântico avistou a ponta de um iceberg que estava a cerca de 500 metros de distância.

Foi questão de segundos para o corpo de gelo atingir a embarcação. O impacto aconteceu às 23h40. Em poucos minutos, a água já atingia quatro metros de altura acima da quilha. O Titanic começava a naufragar de forma lenta e dramática. O colapso aconteceu durante a madrugada, por volta das 2h20 da manhã de 15 de abril, quando o RMS Titanic se partiu em dois. Logo, o transatlântico de luxo, com fama de 'inafundável', desapareceu no Atlântico Norte. Segundo dados do Museu Smithsonian (EUA), 1.522 passageiros e tripulantes morreram — das 2.224 pessoas que estavam a bordo.



“ VENI, VIDI, VICI ”

A ORIGEM DA FAMOSA CITAÇÃO DE JÚLIO CÉSAR

POR GIOVANNA GOMES



Detalhe da pintura de Lionel Royer, *Vercingetorix Jogando Suas Armas aos Pés de César* (1899)

Muitas frases atribuídas a Júlio César, uma das personalidades mais importantes da história de Roma, resistiram ao tempo. No entanto, nenhuma delas se tornou tão icônica quanto a curta e poderosa expressão “*Veni, vidi, vici*”. Simples e direta, a frase, que em latim significa “Eu vim, eu vi, eu conquistei”, resume um momento crucial da História Antiga: a consolidação do poder de César e seu domínio absoluto sobre Roma.

CONTEXTO

A frase remonta ao ano de 47 a.C., quando César já era uma figura proeminente na República Romana. Após uma trajetória meteórica como soldado e político, ele se envolveu em uma guerra civil contra seu antigo aliado e rival, Cneu Pompeu Magno. A disputa culminou no assassinato de Pompeu no Egito, em 48 a.C. Aproveitando-se da instabilidade local, César ganhou o apoio da rainha Cleópatra, com quem também manteve um envolvimento pessoal.

Com a situação egípcia resolvida, César voltou sua atenção para uma ameaça no leste: Farnaces II, rei do Ponto e filho de Mitrídates VI, um antigo inimigo de Roma. Farnaces tentava restaurar os domínios do pai e desafiava diretamente a autoridade romana na região da atual Turquia.

Determinado a esmagar a rebelião com rapidez, César partiu com três legiões. Sua campanha foi tão veloz e eficaz que surpreendeu o inimigo, levando a uma vitória arrasadora na Batalha de Zela.

DIFERENTES VERSÕES

Foi nesse contexto que César teria pronunciado sua célebre frase. Mas como exatamente essas palavras foram ditas — ou escritas — ainda é tema de debate entre os historiadores. Existem pelo menos três versões diferentes da origem de “*Veni, vidi, vici*”, todas registradas por autores antigos.

Plutarco, um historiador grego que viveu cerca de um século após os eventos, afirma que César escreveu as palavras em uma carta informal enviada a um amigo chamado Amâncio, em Roma. Para Plutarco, a frase era um comentário sucinto sobre a rapidez e brutalidade da vitória sobre Farnaces.



Já Apiano, outro historiador grego, que viveu cerca de 50 anos depois de Plutarco, relatou uma versão mais formal. Segundo ele, César redigiu as palavras em uma carta oficial dirigida ao Senado de Roma. Apiano descreve o episódio com entusiasmo, afirmando que César derrotou o inimigo com um ataque repentino e feroz, mesmo contando com uma força reduzida.

Por fim, Suetônio, um historiador romano que viveu entre os dois autores gregos, apresenta uma versão distinta e bastante teatral. Em *As Vidas dos Doze Césares*, ele descreve que César exibiu as palavras “*Veni, vidi, vici*” como parte dos *tituli*, as tábuas que os generais vitoriosos ostentavam durante os desfiles de triunfo em Roma. Enquanto outros líderes destacavam números e localidades conquistadas, César resumiu tudo em três palavras que exaltavam sua velocidade e eficiência.



DEMONSTRAÇÃO DE PODER

Estudiosos modernos têm debatido sobre qual das versões seria mais provável. Há consenso de que a frase foi usada como instrumento de autoengrandecimento e demonstração de poder.

Nesse sentido, a versão de Suetônio, é considerada por muitos como a que melhor representa a natureza política da declaração. A frase não apenas celebrava uma vitória, mas também servia como uma afirmação pública de domínio e prestígio, separando César dos demais generais da República.

Pouco tempo depois, em 44 a.C., César levava sua busca por poder ao limite ao se declarar ditador vitalício — um título que rompia com os princípios republicanos. A manobra alarmou o Senado e culminou em seu assassinato, liderado por um grupo de senadores que incluía Marco Júnio Bruto, amigo próximo de César. No

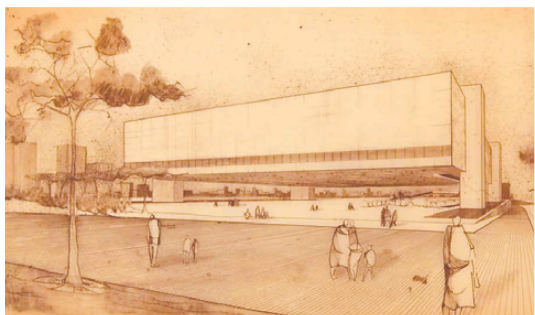
momento da morte, ele teria pronunciado outra frase famosa: “*Et tu, Brute?*”, ou “Até tu, Bruto?”

A morte de César, no entanto, não apagou sua influência. Pelo contrário, foi um marco decisivo na transição da República Romana para o Império, liderado mais tarde por seu herdeiro adotivo, Otaviano, o futuro imperador Augusto. E a força simbólica de “*Veni, vidi, vici*” permaneceu viva.

Ao longo dos séculos, a frase foi reaproveitada em diversos contextos. Em 1683, após a Batalha de Viena, o rei da Polônia declarou ironicamente: “Viemos, vimos, Deus venceu”.

Em 2011, após a morte do ditador líbio Muammar Gaddafi, a secretária de Estado americana Hillary Clinton comentou: “Viemos, vimos, ele morreu”. Até mesmo na cultura pop, como no filme *Ghostbusters* (1984), houve uma referência bem-humorada: “Nós viemos. Nós vimos. Nós chutamos sua bunda!”

AH



Acima croqui de Lina Bo Bardi e ala na frente do MASP durante a construção

A INAUGURAÇÃO DO MASP



COMO FOI A INAUGURAÇÃO DO ICÔNICO MUSEU DE SÃO PAULO

POR REDAÇÃO AH

inaugurado no dia 2 de outubro de 1947, o MASP completa 78 anos neste mês. O prédio do Museu de Arte de São Paulo, conhecido pela arquitetura marcante e por seu famoso vão-livre, esconde muitas histórias ao longo de quase oito décadas de mostras e exposições. A construção do MASP contou com investimento e idealização do empresário Assis Chateaubriand e de Pietro Maria Bardi. Ao contrário do que muitos pensam, o icônico edifício da Avenida Paulista não foi a primeira sede do museu, localizado inicialmente na Rua 7 de Abril.

Só em 1968 o MASP mudou de endereço. À época, Lina Bo Bardi, renomada arquiteta e expoente do modernismo brasileiro na área, projetou um grande prédio horizontal e suspenso, sustentado apenas por duas colunas de concreto. O design do museu foi inspirado no modelo arquitetônico de Bauhaus.

Dentro do MASP, as obras ficam expostas em quadros inseridos em *frames* transparentes, o que dá a impressão de que eles flutuam no ambiente. Os expositórios também foram ideia da própria Lina, que pretendia criar um espaço livre em que os visitantes pudessem ter um contato próximo com as obras, sem interromper sua circulação. Bo Bardi também ficou conhecida por projetar o edifício do SESC Pompeia.

ATUALMENTE

Desde então, o MASP já recebeu centenas de exposições e mostras de Arte Moderna; como a ocupação "A Ecologia de Monet". Inaugurada em maio deste ano, a mostra, já encerrada, foi a mais vista da história do Museu, com mais de 440 mil visitantes. Além disso, o MASP conta com um acervo fixo de mais de 11 mil obras, que incluem pinturas, fotografias e esculturas. O vão-livre do prédio já foi palco de diversas manifestações políticas.

Em março deste ano, o museu também abriu um novo prédio de 14 andares, vizinho ao espaço já consagrado da Avenida Paulista. O museu abre às terças, das 10h às 20h, com entrada gratuita; e de quarta a domingo, das 10 às 18h, com inteira a R\$ 70 e meia-entrada a R\$ 35.

PERSONAGEM



MAURICIO DE SOUSA

90

ANOS



UM DOS QUADRINISTAS MAIS IMPORTANTES DE NOSSA CULTURA
TEM UMA HISTÓRIA DE VIDA DIGNA DE FILME

POR FÁBIO PREVIDELLI

Tudo começou como um sonho de criança. Não tinha como não ser assim. Embora seu pai fosse barbeiro, era poeta e pintor por vocação. Já sua mãe, poetisa. O menino nascido no município paulista de Santa Isabel cresceu em um ambiente cheio de arte e livros. Respirando cultura.

Assim, criou mais de 400 personagens que ajudam a representar a literatura infantojuvenil brasileira — e que também contam sua história. Desde o menino da roça ao cientista; passando pelo garoto travesso com cabelo de cebola, que troca o “R” pelo “L” e vive falhando em seus planos infalíveis. É claro que você também conhece a baixinha, gorducha e dentuça que carrega um coelho e é a líder de toda a turma. A Turma da Mônica.

A história de Mauricio de Sousa começou nas tirinhas, foi imortalizada nos gibis e se modernizou em diferentes plataformas — sejam nos games, no computador ou no cinema. E por falar nas telonas, em 2019, *Turma da Mônica: Laços* transformou os quadrinhos em personagens ‘reais’. Mas veio muito mais por aí.

Neste mês de outubro, em que Mauricio completa 90 anos, parte de sua vida é narrada na cinebiografia *Mauricio de Sousa – O Filme*; que estreia nas telonas no dia 23. Além de uma justa homenagem ao cartunista, o filme também é especial para Mauro Sousa (responsável por interpretar seu próprio pai, logo em sua estreia no audiovisual).

“Sou formado em artes cênicas e toda a minha bagagem desde então foi principalmente no teatro musical”, explica em entrevista à equipe de Aventuras. “Agora, no cinema, realmente foi a minha grande estreia e acho que é a melhor estreia que eu poderia imaginar, que é justamente interpretando o meu pai.”

Mauro também considera a experiência como

um verdadeiro desafio, não só pela responsabilidade do papel, mas também por ser sua primeira vez num set de filmagens; contracenando com grandes nomes da dramaturgia. O filme, dirigido por Pedro Vasconcelos, tem em seu elenco talentos como Elizabeth Savalla, Othon Bastos, Emilio Orciollo Netto e Thati Lopes.

“Realmente, foi muito desafiador, mas tão prazeroso quanto. Porque, obviamente, era um personagem que eu tinha muito conhecimento. Quando você tem muito conhecimento, domínio sobre um assunto, você se sente muito mais à vontade. Então, eu tinha muito conhecimento sobre esse personagem em todos os sentidos. Tanto de trejeitos, de aspectos físicos, como, obviamente, essa parte toda de comportamentos, de sentimentos, que realmente acho que só eu mesmo poderia e conseguiria acessar isso para esse personagem.”

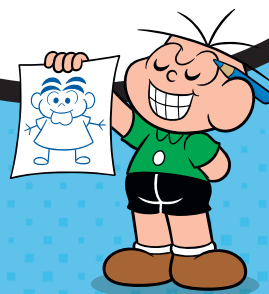
Mauro também destaca o prazer de participar junto desse processo com a presença de Mauricio. “Ele realmente participou de tudo, desde o roteiro, até mesmo nas gravações. Eu ligava para ele todos os dias, para falar sobre aquela cena que a gente ia fazer no dia seguinte. Eu ia lá e consultava. Então, eu tinha o melhor dos laboratórios. Eu tinha pesquisa em casa, ali, fácil. Foi muito prazeroso e, com certeza, a experiência mais inesquecível da minha vida.”

UM MENINO CHEIO DE SONHOS

Por trás de todo o talento, Mauricio Araújo de Sousa carregava uma grande timidez. Apesar de ser uma característica comum para muitas crianças, o comportamento não combinava em nada com a história de seus antepassados.

Na biografia *Mauricio – A História Que Não Está no Gibi* (Ed. Primeira Pessoa, 2007), ele explica que sua família era conhecida por ser arrojada, for- ►

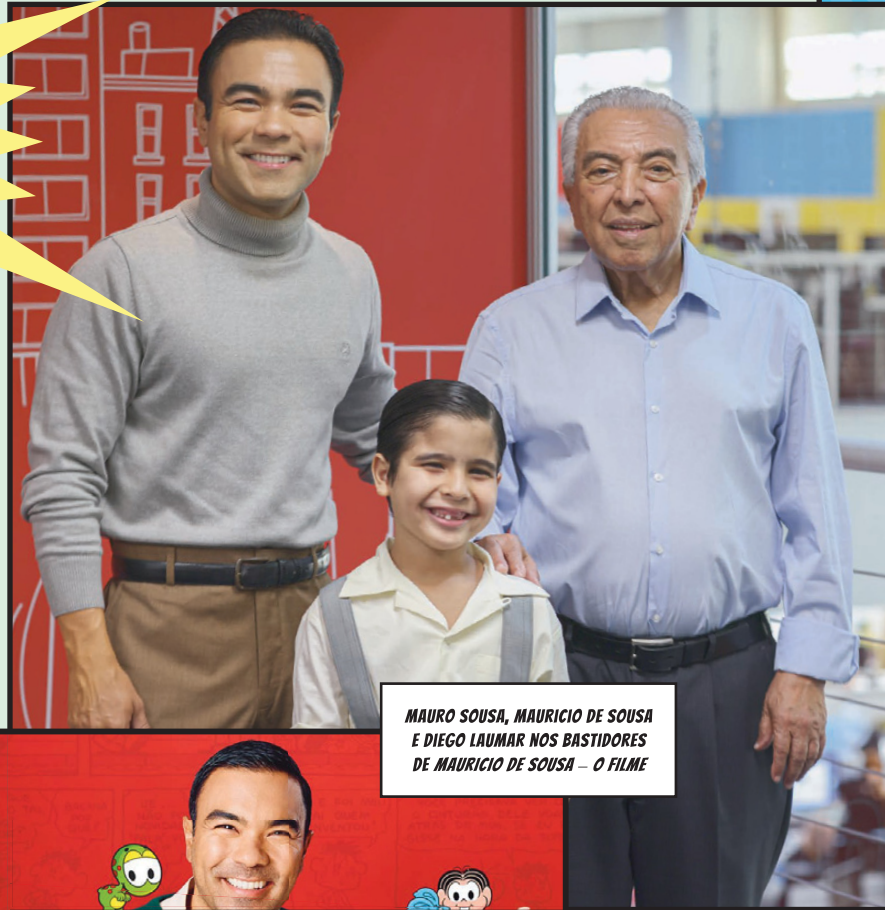
“A EXPERIÊNCIA MAIS INESQUECÍVEL DA MINHA VIDA”, DIZ MAURO SOUSA SOBRE INTERPRETAR SEU PAI NAS TELONAS



MAURICIO DE SOUSA - O FILME

UM MENINO QUE NASCEU NO INTERIOR DE SÃO PAULO E VIVEU EM MOGI DAS CRUZES. ADORAVA MÚSICA, MAS SE ENCANTOU POR GIBI

e histórias em quadrinhos. Cresceu apaixonado por desenhar e quis seguir carreira, sempre acreditando em seus sonhos, por mais que eles parecessem cada vez mais inalcançáveis. Apesar dos desafios e das dificuldades, se tornou um dos maiores quadrinistas do Brasil. Um verdadeiro patrimônio nacional. A história de Mauricio de Sousa parece tanto um filme que se será contada nas telonas. *Mauricio de Sousa – O Filme* estreia nos cinemas em 23 de outubro e a equipe de Aventuras conversou com Mauro Sousa, filho de Mauricio e que interpreta o próprio pai no longa, e o diretor e roteirista Pedro Vasconcelos. Confira!



MAURO SOUSA, MAURICIO DE SOUSA E DIEGO LAUMAR NOS BASTIDORES DE MAURICIO DE SOUSA – O FILME



Como é ser filho do Mauricio de Sousa? Quando você entendeu quem seu pai era?

MAURO SOUSA: Eu me lembro muito bem quando eu era pequeno, quando eu tive esse momento de perceber que meu pai era meu pai. Foi entre meus 6, 7 anos, mais ou menos, quando ele criou o personagem Nimbus, inspirado em mim. Eu lembro quando ele mostrou o gibi, no qual surgiram o Nimbus e o Do Contra. E no gibi tinha a minha foto. Eu, Mauro, pessoa física, e o desenho do Nimbus do lado. E lembro que eu fiquei muito feliz. Pensei: “Caramba que máximo”. E aí eu me vi ali dentro do gibi com uma homenagem que meu pai fez para mim e o meu irmão também.

Como surgiu o projeto do filme sobre o Mauricio?

PEDRO VASCONCELOS: Eu li a biografia do Mauricio e quando eu terminei de ler, falei: “O Brasil não conhece a história do Mauricio de Sousa e isso é uma falha para a gente, como brasileiro; não conhecermos a história de um dos artistas mais importantes da história de toda a nossa vida, que impactou tantas gerações”. Eu disse isso para o Mauricio: “O Brasil precisa ter um registro cinematográfico da sua história, principalmente do processo inicial. A gente não sabe, ou até então não sabia, quantas batalhas foram vividas para ele poder chegar ao lugar que chegou”.

O Mauricio já assistiu ao filme? O que ele achou?

MAURO SOUSA: O Mauricio assistiu comigo a um dos primeiros cortes. Foi muito, muito emocionante. Eram lágrimas do começo ao fim, e eu lembro de alguns momentos ele apontando para a televisão, falando assim: “Foi assim mesmo, foi assim mesmo que aconteceu”. Aí eu olhava para ele em algumas cenas também, olhava para ele com lágrimas nos olhos, isso para mim era a resposta que eu queria também, que era justamente de ele se sentir tocado pela história que estava sendo contada ali. Claro, vamos assistir de novo, mas só por esse momento já foi muito especial.

PERSONAGEM



OS AVÓS DE MAURICIO DE SOUSA



MAURICIO COM OS PAIS, EM 1936, COM 6 MESES



COMO REPÓRTER POLICIAL NA FOLHA



MÔNICA E MAURICIO, NOS ANOS 60



MAURICIO DESENHANDO HORÁCIO



EM MEIO À SUA EQUIPE DE DESENHISTAS E ROTEIRISTAS, NAS DÉCADAS DE 1970 OU 1980

mada por homens e mulheres de ação. Por pessoas que pareciam que suas histórias haviam saído de livros de guerra, romance e mistério.

Seus avós maternos, Francisco Alves de Araújo e Maria Izabel, eram latifundiários na Paraíba. Esta parte de sua família possuía uma das principais plantações de carnaúba da região. Seu avô era ex-militar e coronel, mas que ruiu na carreira após se engajar no movimento de oposição política; tornando-se não só desafeto como sendo perseguido por jagunços. Temendo pela vida, fugiu com sua esposa. Durante meses, o casal viajou quase 3 mil quilômetros a pé até se estabelecerem em Igaratá, no interior de São Paulo — próximo a Nazaré Paulista e Santa Isabel. Em 14 de abril de 1912, nasceu a filha do casal, e mãe de Mauricio, Petronilha Araújo de Sousa. Petronilha ficou órfã muito cedo e precisou ficar sob os cuidados de uma tia-avó. Da herança de seus pais, sobrou apenas o suficiente para pagar seus estudos até se formar em enfermagem. A parte paterna também é contada por posses e perdas.

Mas o fato é que Mauricio de Sousa veio ao mundo em 27 de outubro de 1935, em Santa Isabel. Pouco depois, sua família se mudou para a vizinha Mogi das Cruzes. Se hoje os quadrinhos de Mauricio são responsáveis por introduzir a leitura a milhares de crianças de todas as idades, foi justamente com os gibis que ele aprendeu a ler.

Aos 5 anos, encontrou no lixo de casa uma edição da revista *O Guri*, trazida por seu pai. Curioso, pediu para que sua mãe lesse a história. O pequeno logo tomou gosto pelos contos daquele estilo e passou a ser ensinado por Petronilha. A paixão pelas histórias em quadrinhos florescia cada vez mais, frustrando os sonhos de sua mãe de ver o filho se tornar um cantor.

Passando os anos, Mauricio começou a dese-

nhar cartazes e fazer pôsteres para rádios e jornais. Foi também quando começou a sonhar seu maior desejo: viver como desenhista. De seu pai, ouviu o seguinte conselho: “Mauricio, desenhe de manhã e administre à tarde”.

OS PRIMEIROS TRAÇOS

Quando completou 19 anos, em 1954, Mauricio — que agora vivia em São Paulo desde o divórcio dos seus pais, no ano anterior — decidiu buscar um emprego como ilustrador. Em uma pasta com seus melhores trabalhos, desenhos de pessoas, animais e paisagens, pôsteres, cartazes para o comércio e até projeto industrial de cafeteria, foi até a redação dos jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*; que anos mais tarde se tornaria a *Folha de S. Paulo*.

Após uma conversa com o chefe da *Folha da Manhã*, ouviu uma das frases mais desestimulantes de sua vida: “Desista, menino. Desenho não dá dinheiro nem futuro para ninguém. Vá fazer outra coisa da vida”. Mesmo assim, saiu de lá com um emprego... foi contratado como repórter policial pelo periódico. “Aquele ‘Desista, menino’ se tornou uma espécie de pedra fundamental que usei como base para construir o futuro. Em vez de derrubar o sonho, aquilo o reforçou”, registrou em sua biografia.

Ao longo de cinco anos, dos 19 aos 24, Mauricio trabalhou ilustrando suas reportagens com seus desenhos; o que fez um grande sucesso entre os leitores. Em 18 de julho de 1959, decidiu começar a desenhar histórias em quadrinhos após o *Folha da Tarde*, veículo do mesmo grupo da *Folha da Manhã*, publicar sua primeira tirinha: a ilustração trazia seus primeiros personagens, o cão Bidu e Franjinha.

Logo os desenhos de Mauricio começaram a fazer sucesso. As tirinhas passaram a ser adora- ►

SE OS QUADRINHOS DE MAURICIO INTRODUZEM MILHARES DE CRIANÇAS À LEITURA, FOI JUSTAMENTE POR MEIO DO GIBI QUE ELE COMEÇOU A LER



das pelas crianças, que escreviam cartas endereçadas à redação do jornal — algo raro de acontecer. Os quadrinhos deixaram de ser esporádicos e, em cerca de dois meses, já conquistavam um espaço diário no impresso. Em seguida, tornaram-se duas por dia, depois três... O crescimento de seu reconhecimento veio junto de outro momento importante de sua vida: o nascimento de Mariangela, sua primeira filha. Mas logo os problemas começaram.

Trabalhando como repórter de manhã e fazendo seus desenhos no resto da noite, para dar conta de tal demanda, muitas vezes Mauricio optava por ficar até tarde no trabalho; uma forma melhor de se concentrar longe do choro muitas vezes ininterrupto da filha. Aliado a isso, era comum que o desenhista perdesse o último transporte público do dia e ficasse impossibilitado de voltar para casa. O jeito era juntar algumas cadeiras e dormir em algum espaço dentro do jornal. Mas a rotina insustentável e o tempo longe da família fizeram Mauricio tomar uma decisão difícil: pedir demissão do cargo de repórter, e abrir mão do seu baixo salário, mas que pagava suas contas, para seguir o seu sonho de ganhar a vida com seus desenhos. Vale lembrar que se o emprego de Mauricio já não pagava bem o suficiente, o que ele ganhava com seus quadrinhos era muito menos do que o necessário. Ele não recebia nem metade do que era gratificado como repórter. Mesmo assim, não desistiu. “Desde criança nunca duvidei que os desenhos eram meu destino”, aponta em sua biografia.

BEM-VINDOS, MÔNICA E CEBOLINHA

Março de 1960. Na nova fase em busca de seus sonhos, Mauricio também dá um novo passo em sua vida familiar. Marilene de Sousa, a primeira esposa do cartunista, anuncia que está grávida de três meses da segunda filha do casal. A família

crece, a necessidade de ganhar dinheiro também. Desde janeiro daquele ano, ele já tinha tiras diárias publicadas na recém-criada *Folha de São Paulo*. Ainda assim, a família precisou se mudar para Bauru, para segurar os custos, enquanto Mauricio buscava outros mercados.

Além das viagens recorrentes para São Paulo, para levar seus desenhos ao jornal, Mauricio decidiu se aventurar no Rio de Janeiro. Quem sabe conseguiria uma revista só com os quadrinhos dele? O sonho alto trouxe um tombo ainda maior. Quase desistindo após duas recusas, foi até a redação da revista *O Cruzeiro* — publicada pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. A magazine era a mesma em que trabalhava o grande desenhista da época, e outro nome fundamental dos cartunistas de nossa história: Ziraldo. Mas seu contemporâneo também não conseguiu ajudá-lo, apesar de ter pedido um teste de desenho para Mauricio — que teve que passar um dia além do planejado no Rio.

Frustrado com o trabalho, Mauricio ficou ainda mais cabisbaixo ao saber que perdera o nascimento de sua segunda filha. Mônica Spada e Sousa veio ao mundo em 28 de setembro de 1960. Marilene nunca o perdoou por isso.

Semanas depois, Mauricio foi até a sede da Editora Continental, mais tarde rebatizada como Outubro, para vender suas tirinhas. A publicação ficara conhecida por fomentar que histórias escritas e desenhadas fossem produzidas por artistas brasileiros; visto que o mercado era dominado por produções internacionais.

Embora a editora, em sua estreia, tivesse lançado cinco revistas de terror — e Mauricio até mesmo chegou a adaptar suas histórias para o gênero —, eles acabaram selando acordo para a produção da revista *Zaz Traz*; que teria o cãozinho Bidu como carro- ▶

**“DESDE CRIANÇA NUNCA DUVIDEI
QUE OS DESENHOS ERAM MEU DESTINO”,
APONTA MAURICIO EM BIOGRAFIA**





**CENA DO FILME QUE APRESENTA UMA
DAS PRIMEIRAS VERSÕES DA MÔNICA**

-chefe. Mas logo na segunda edição de suas histórias na revista, Mauricio introduziu um de seus personagens mais marcantes: o Cebolinha.

O sonho da *Zaz Traz* não durou muito. As vendas das revistas mal pagavam os custos de sua produção, algumas vezes com prejuízo ou com pouca margem de lucro. A revista saiu de circulação depois de sete edições — embora Bidu tenha sido publicado até seu oitavo número. Mauricio voltava para a estaca inicial.

MAURICIO, O SUBVERSIVO

Na década de 1950, foi criada a Associação de Desenhistas de São Paulo (ADESP); entidade que visava valorizar os artistas nacionais e abrir espaços para eles. Afinal, como já dito, as publicações brasileiras eram dominadas por artistas estrangeiros. Quando Mauricio ainda escrevia para a *Zaz Traz*, ele começou a comparecer nas reuniões da associação, no histórico edifício Martinelli, no centro de São Paulo. Não demorou muito para ele presidir a ADESP.

No ano de 1961, os desenhistas viviam com a esperança de o então presidente Jânio Quadros atender suas reivindicações. Mas, no meio do ano, Mauricio acabou intimado por Moacir Correa, redator-chefe da *Folha*: “Mauricio, você precisa parar com isso... Esse envolvimento político na Adesp. É inadmissível, coisa de comunista. Ou você para, ou não poderei mais mantê-lo como colaborador da Folha”, descreve o cartunista em sua biografia.

Mauricio bateu o pé e acabou dispensado do veículo. Não só isso, passou a ser tachado como “comunista” e subversivo”; e entrou na “lista proibida” de artistas, sendo impedido de ter suas tirinhas publicadas em jornais da capital.

“Ele tomou uma consciência, que acho que é uma consciência muito importante, de fazer um trabalho nacional brasileiro por conta própria. Ele

nunca teve nenhum nível de apoio, obviamente. Ele conseguiu se tornar uma referência sem esperar nada de ninguém. E acho que essa história do sindicato foi importante para que ele se concentrasse na obra dele”, aponta Vasconcelos. Independentemente do momento político que nosso país atravessava, Pedro discorre que Mauricio atravessou muitas gerações e se tornou a voz mais importante no que se refere ao exemplo do “Olha, por meio do meu trabalho, da minha persistência, da minha insistência, eu furei todos os bloqueios, sobrepasssei qualquer tipo de impedimento que pudesse haver, mesmo de ordem política etc.”.

Mauro corrobora e se lembra de ter falado com seu pai exatamente sobre essa passagem. “Ele lembra de quando foi chamado de subversivo e de como isso o deixou bastante irritado e com muita raiva, do tipo, ‘como que é possível estarem me chamando de subversivo?’. Mas que aquilo funcionou como uma espécie de combustível para ele.”

A esperança de qualquer mudança que ajudasse Mauricio foi interrompida pouco tempo depois, quando Jango renunciou à presidência. Com a notícia, ele convocou uma reunião de emergência da ADESP, onde prometeria continuar a luta para a valorização dos artistas nacionais. Ninguém apareceu. Mauricio estava sozinho. Para completar a fase de desempregado, Marilene estava grávida da terceira filha do casal, Magali. Eles tiveram que deixar Bauru e voltar para Mogi das Cruzes, onde Mauricio ainda poderia contar com a ajuda do pai e da avó. Mesmo assim, as coisas foram difíceis.

Muito antes disso, nos anos 1940, nos fundos da barbearia, o pai de Mauricio montou uma pequena gráfica, onde produzia folhetins na época, como *A Vespa* e *A Caveira*, que batiam de frente com políticas regionais e federais. Naquela época, a ditadura varguista do Estado Novo passou a re-

**POR COBRAR DIREITO AOS CARTUNISTAS,
MAURICIO CHEGOU A SER TACHADO DE
"COMUNISTA" E "SUBVERSIVO" NA ÉPOCA**



primir qualquer atividade considerada subversiva. “O mundo vivia a Segunda Guerra Mundial e papai achava que a política nacionalista, anticomunista e autoritária de Vargas, parelha à do ditador italiano Benito Mussolini, atentava contra a liberdade”, discorre Mauricio em sua biografia. Como resultado, a polícia invadiu a barbearia e, de forma truculenta, destruiu a pequena gráfica. A perseguição fez com que a família se mudasse para São Paulo, quando Mauricio tinha apenas 5 anos.

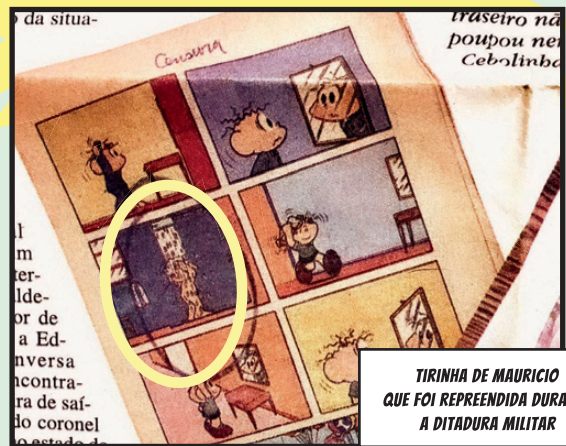
MÔNICA E SUA TURMA

Com o embargo ao seu trabalho a todo vapor na capital, Mauricio passou a apostar na distribuição de suas tirinhas em veículos menores do interior. Traçou um plano para visitar as cidades até 100 quilômetros de distância de Mogi e se tornou praticamente um caixeiro-viajante com os clichês (uma espécie de carimbo) dos seus desenhos. O primeiro a aceitar seu trabalho foi o *Diário de Jundiá*, depois vieram outros. Em cerca de seis meses, seus quadrinhos estavam em torno de 90 semanários religiosos e em quase dez jornais do interior. Mauricio também começou a oferecer seus quadrinhos para veículos de outros estados, primeiro do Sul e Sudeste, fazendo propaganda de suas criações em cartas enviadas pelos correios. Conseguiu as primeiras inserções em Belo Horizonte e Londrina, mas logo foi crescendo suas distribuições. O aumento de suas produções foi tamanho que Mauricio até mesmo teve que alugar uma salinha para transformar em estúdio. Mas ainda faltava algo.

Em janeiro de 1963, sob nova administração, a *Folha de S. Paulo* contactou Mauricio para voltar a publicar seus desenhos na seção de suplemento infantil, a *Folhinha de S. Paulo*. Numa das idas até a redação, Mauricio reencontrou velhos amigos que ainda trabalhavam por lá. Numa dessas, foi ►



CENSURA E SUBVERSÃO



A acusação de subversão não foi a única vez em que Mauricio de Sousa foi afetado pelos regimes políticos que ‘governavam’ nosso país no século passado. Após o Golpe de 1964, a cultura brasileira se tornou uma forma de resistência. Assim, houve perseguição e censura mesmo àqueles que não traziam os debates políticos para suas produções, como é o próprio caso do Mauricio. Esta parte de nossa história foi resgatada pelo cartunista em uma publicação em suas redes sociais, em fevereiro de 2018. “No tempo da ditadura militar (1964 a 1985), tivemos que tomar alguns cuidados especiais nas nossas produções. Mesmo as dirigidas ao público infantil. A censura era rígida nas redações de jornais e revistas na busca de sinais de subversão nos textos, fotos e desenhos. Por exemplo, numa história chamada *O Sequestro do Cascão*, tivemos que mudar o título porque um embaixador estrangeiro havia sido sequestrado. O censor postado na redação da Abril (que editava nossas revistas) assim o exigira. Em outra revista, o Cebolinha mostrava o traseiro enquanto tomava banho (foto). Mais uma vez a editora foi admoestada. Que isso não se repetisse. Enquanto isso, na área de produções de desenhos animados, eu tinha que ir pessoalmente a Brasília para submeter à censura federal os roteiros e desenhos dos longa-metragens da Turma da Mônica. Eu achava um desafio, mas tinha que ir ou o filme não sairia. Foi um tempo sem saudade”.

PERSONAGEM

elogiado por um deles e, durante uma brincadeira, acabou sendo provocado: “Pô, você parece misógino, só tem homens nas suas tirinhas”. A provocação deixou Mauricio “encafifado”, como ele mesmo relatou, por não conhecer a palavra e seu significado. Mas não era nada disso. De fato, Mauricio não tinha personagens femininos em suas histórias. Foi então que tudo mudou. Durante sua vida, a timidez fez com que Mauricio não se entrosasse tanto com meninas em sua infância. Mas precisava de exemplo melhor do que ele tinha em casa?

Enquanto tentava se concentrar, Mônica, então com 2 anos e meio, não parava de implicar com as irmãs enquanto carregava pela casa um coelho de pelúcia. Baixinha, briguenta e dentuça, ela serviu de inspiração para uma das personagens mais icônicas de nossa literatura. “Assim, já na viagem seguinte a São Paulo para entregar a produção semanal, em março de 1963, levei a tirinha em que a Mônica aparece pela primeira vez, já dando coelhada no Cebolinha. Fez sucesso de cara”, narra Mauricio. E mais de seis décadas depois, segue fazendo! **AH**

IMAGENS MSP BRASIL/MAURICIO/REPRODUÇÃO
INSTAGRAM/ARQUIVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO

**PERSONAGENS
CRIADOS
POR MAURICIO**



MAGALI

Magali Spada, uma das filhas de Mauricio, foi a inspiração para a criação da Magali dos quadrinhos



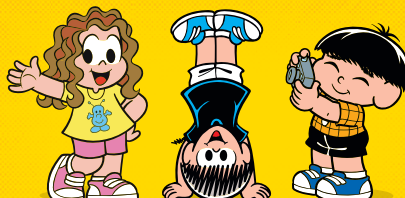
BIDU

Para o cãozinho, Mauricio se baseou no seu cão de estimação de infância, o Cuica



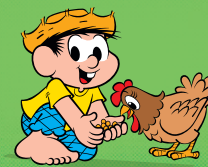
MÔNICA

A Mônica dos quadrinhos teve como inspiração a filha do ilustrador, Mônica Spada e Sousa



MARINA, DO CONTRA E NIMBUS

Marina, Mauricio e Mauro Takena, também filhos de Mauricio, são inspiração para os outros personagens



CHICO BENTO

O Chico Bento teve como inspiração um tio-avô do ilustrador



CEBOLINHA

Cebolinha foi inspirado num amigo de infância do irmão de Mauricio; o menino também trocava o “R” pelo “L”



CASCÃO

Cascão também foi inspirado em outro amigo de infância do irmão de Mauricio; o garoto era conhecido por não gostar de tomar banho



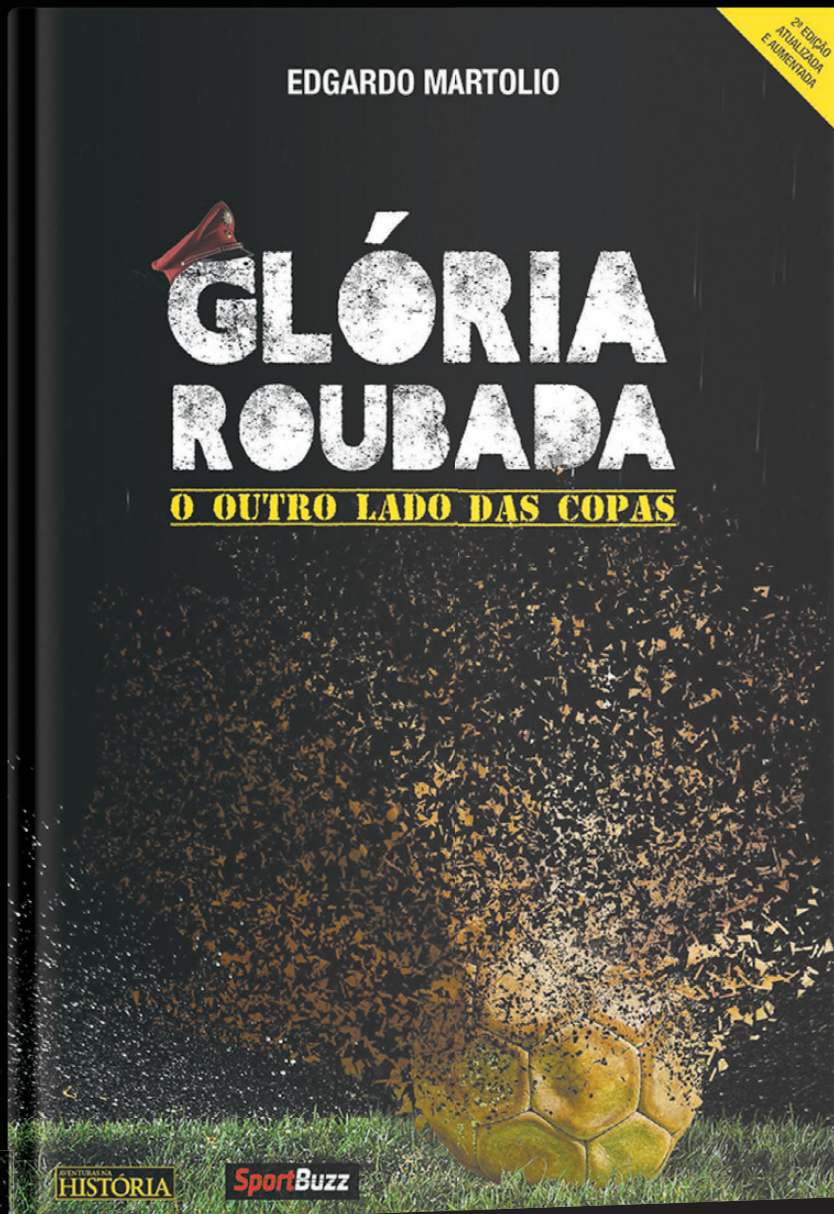
HORÁCIO

O dinossaurinho teve a a personalidade baseada em uma espécie de alter-ego do cartunista

ines249

Saiba tudo sobre o lado mais sombrio das Copas do Mundo

A obra aborda os casos mais notáveis de interferência ditatorial nas Copas do Mundo, desde a primeira, em 1930, até as mais atuais. Entenda como governos totalitários podem interferir em suas seleções e também nos resultados da competição.



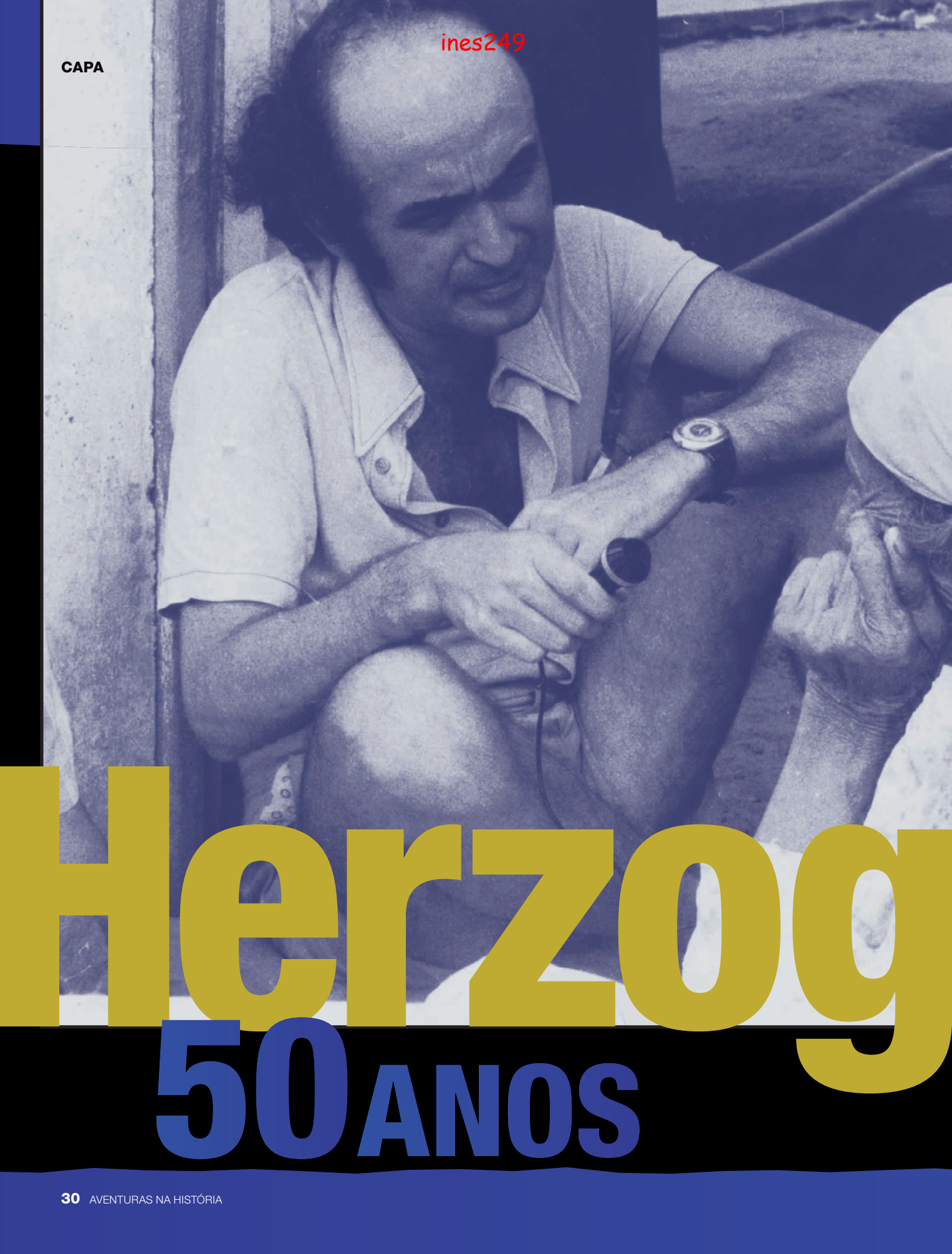
À venda nas melhores livrarias.

AVENTURAS NA
HISTÓRIA

SportBuzz

CAPA

ines249



Herzog

50 ANOS



A morte do jornalista que escancarou a ditadura

POR FABIO PREVIDELLI

No outono de 1975, o Brasil vivia sob a sombra pesada e opressora da ditadura militar; instaurada após o Golpe de 1964. Os porões do Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), no bairro do Paraíso, em São Paulo, eram sinônimos de tortura, desaparecimento e morte. Foi neste cenário de terror que um único evento, ocorrido em 25 de outubro daquele ano, romperia a barreira do medo e inauguraria uma nova fase na lenta, mas inexorável luta pela redemocratização: o assassinato do jornalista Vladimir Herzog.

Vlado, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi brutalmente torturado e morto pelos agentes da repressão. A versão oficial, mentirosa e grotesca, era a de suicídio por enforcamento, ilustrada por uma fotografia fria e macabra, forjada para humilhar a vítima e intimidar a sociedade. No entanto, o assassinato de Herzog (um profissional da comunicação, um intelectual e um homem de vasto círculo social) não seria silenciado. O clamor gerado por sua morte, em especial o histórico Ato Ecumênico na Catedral da Sé, tornou-se o ponto de inflexão que desmoralizou a ditadura e consolidou Vlado como um mártir da liberdade de expressão e dos direitos humanos.

Ao celebrarmos os 50 anos de sua ausência física, revisitamos a vida e a trajetória de Vladimir Herzog, o legado de sua luta contra a tirania e a persistência de um caso que, mesmo após meio século, continua a ditar os termos da justiça de transição no Brasil.

DA PERSEGUIÇÃO NAZISTA AO BRASIL

Vlado Herzog nasceu em 27 de junho de 1937, na cidade de Osijek, que na época pertencia ao Reino da Iugoslávia (hoje Croácia). Ele e sua família viveram em Banja Luka até meados de agosto de 1941, quando o Exército Nazista ocupou a cidade; forçando jornada de fuga à Itália. Eles buscaram refúgio em três cidades antes de serem transferidos para um campo de refugiados em Bari.

Foi somente no final de 1946, quase na véspera do Natal, que Vlado e seus pais conseguiram emigrar para o Brasil, encontrando um novo lar em São Paulo. Sentindo que seu nome de batismo, Vlado, soava estranho para a cultura local, preferiu adotar a grafia Vladimir. Naturalizado brasileiro, cresceu na capital e trilhou uma trajetória marcada pela intelectualidade e comunicação.

Sua formação acadêmica inicial foi em Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), mas seu destino profissional se consolidaria no jornalismo, fotografia, cinema e ensino.

Sua carreira jornalística teve início em 1959, no jornal *O Estado de S. Paulo*, onde se destacou como repórter, cobrindo eventos de grande

relevância nacional e internacional, como a inauguração de Brasília, a visita do filósofo existencialista Jean-Paul Sartre ao Brasil e a posse de Jânio Quadros.

No início da década de 1960, se casou com Clarice Herzog, que seria sua companheira na vida e, mais tarde, na incansável luta por justiça. Em 1965, com a escalada da repressão, Vlado e Clarice decidiram se exilar em Londres, onde ele foi contratado pelo Serviço Brasileiro da BBC Radio. Lá, nasceram seus dois filhos, Ivo e André. Em 1968, com uma falsa esperança de que o ambiente político havia se suavizado — uma ilusão desfeita logo após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro do mesmo ano —, a família retornou ao Brasil.

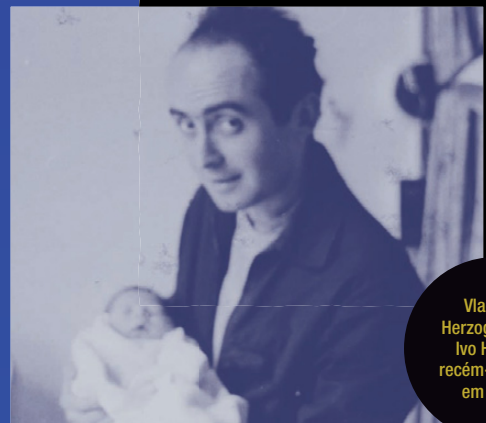
Em 1975, Vladimir Herzog alcançou o ápice de sua carreira na comunicação, sendo nomeado diretor de Jornalismo da TV Cultura, a emissora pública de São Paulo, responsável pelo telejornal *Hora da Notícia*. Sua posição de prestígio, sua rede de contatos e seu histórico de posições críticas, ainda que sutis ou culturais, em um contexto de repressão extrema, tornaram-no um alvo prioritário para os órgãos de segurança da ditadura. ►



Como jornalista na cobertura da inauguração de Brasília, 1960



Casa-se com Clarice, em 1964



Vladimir Herzog segura Ivo Herzog recém-nascido, em 1966



Vai para Londres com a família para trabalhar na BBC Radio, 1965



Bastidores do programa *Homens de Imprensa* da TV Cultura 8, em 1972

NA MIRA DO DOI-CODI

Em 1975, ao assumir a direção de Jornalismo da TV Cultura (uma emissora pública e vinculada ao governo do estado), Vlado se encontrou em um espaço de disputa ideológica. Herzog era visto como um articulador da imprensa paulista e uma figura de liderança. O regime, no governo Geisel (1974-1979), intensificou a repressão contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB) — ao qual Herzog era ligado — com o objetivo de desarticulá-lo e minar a resistência que poderia atrapalhar a transição controlada.

Seu vasto círculo de relações, que a ditadura militar rotulava como "inimigo do Estado", e sua influência no meio cultural e jornalístico foram os motivos que o levaram à mira dos militares. O DOPS e o DOI-CODI buscavam informações e prisões para justificar a repressão, frequentemente baseando-se em delações e acusações forjadas.

HERZOG, O MÁRTIR

O destino trágico de Vladimir Herzog começou a se desenhar na noite de 24 de outubro de 1975. Agentes do DOI-CODI procuraram-no na sede da TV Cultura, exigindo que ele os acompanhasse para "prestar depoimento" sobre suas supostas ligações com o PCB. Após uma negociação tensa, Vlado, por um ato de coragem e crença na legalidade, aceitou se apresentar no dia seguinte. Na manhã de sábado, dia 25, Vladimir Herzog se apresentou voluntariamente à sede do DOI-CODI, no quartel do II Exército, em São Paulo. Ele jamais saiu vivo de lá.

Vlado foi submetido a uma sessão brutal e prolongada de tortura. Os agentes da ditadura usaram métodos cruéis e desumanos com o objetivo de extrair informações e delações sobre a estrutura do PCB. No entanto, o corpo de Herzog não resistiu aos ferimentos e maus-tratos infligidos. Ele foi assassinado pelos seus algozes ainda nas dependências da prisão. Ainda no mesmo dia, os militares apressaram-se em forjar a versão de que Vladimir Herzog havia se suicidado, enforcando-se com um cinto em sua cela. Para corroborar a farsa, o regime divulgou a infame fotografia de seu corpo pendurado por um cinto, preso à grade de uma janela, com as pernas flexionadas e tocando o chão, uma posição que, pericialmente, é incompatível com o enforcamento por suicídio. ►

Após a morte do jornalista Vladimir Herzog, covardemente torturado na sede do DOI-CODI, o regime militar tentou emplacar a versão de que Vlado havia se suicidado.

A mentira, no entanto, começou a ruir quase imediatamente por alguns pontos:

TESTEMUNHOS INTERNOS

Jornalistas e outros presos políticos que estavam detidos no DOI-CODI na mesma época testemunharam os gritos de Herzog durante as sessões de tortura, desmentindo a versão de suicídio.

O LEGISTA CÚMPLICE

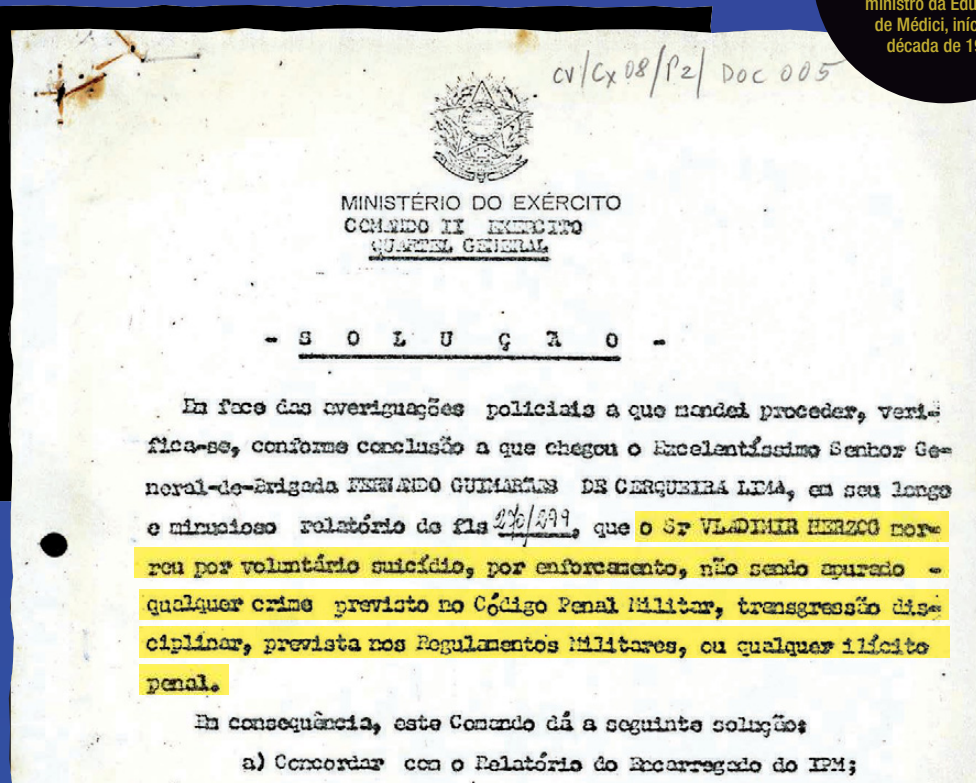
Em 1978, o legista Harry Shibata, que assinou o laudo necroscópico oficial na época, admitiu perante a Justiça que havia assinado o documento sem sequer examinar ou ver o corpo do jornalista, comprovando a fraude. A perícia havia sido feita de forma apressada e sem um especialista adequado para avaliação, sendo contestada ainda durante o regime.

O GESTO DO RABINO

O rabino Henry Sobel, líder da comunidade judaica de São Paulo, recusou-se a sepultar Herzog seguindo o rito reservado aos suicidas, optando por um funeral completo, de forma tradicional. Esse gesto simbólico, vindo de uma autoridade religiosa, foi um dos primeiros e mais poderosos sinais públicos de que a morte havia sido, na verdade, um assassinato político. A morte de Vladimir Herzog foi o último assassinato político registrado oficialmente no DOI-CODI de São Paulo. Foi um crime de Estado planejado, mas cuja repercussão foi mal calculada pela ditadura, transformando-o em um erro fatal para a sustentação do regime.



Vladimir Herzog tem as mãos cruzadas e coladas à boca. No lado oposto, Jarbas Passarinho, ministro da Educação de Médici, início da década de 1960



A REPERCUSSÃO DA MORTE

O assassinato de Vladimir Herzog não foi apenas mais uma morte nos porões da ditadura; foi um catalisador que mobilizou a sociedade civil e abalou o regime militar em suas fundações, expondo a crueldade e a mentira do Estado. A comoção foi imensa e orgânica. A mobilização pública teve um efeito prático e imediato: ajudou a frear temporariamente o ímpeto das prisões e assassinatos políticos, que vinham sendo frequentes, gerando um recuo tático por parte do regime até 1977.

O ATO ECUMÊNICO DA SÉ: O GRITO PELA DEMOCRACIA

O principal marco da resposta social ao crime foi o Ato Ecumênico na Catedral da Sé, realizado em 31 de outubro de 1975, no sétimo dia da morte de Herzog. Este ato foi muito mais do que uma simples missa: foi a primeira grande manifestação pública e de massa após o recrudescimento da repressão e um desafio direto à autoridade militar. Graças à articulação corajosa de figuras como Dom Paulo Evaristo Arns (arcebispo de São Paulo), o rabino Henry Sobel, o reverendo James Nelson Wright e Audálio Dantas (então presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo – SJSP), a missa reuniu mais de 8 mil pessoas na Praça da Sé.

O caráter ecumênico da cerimônia — unindo católicos, judeus e protestantes — enfatizou a união de diferentes setores da sociedade civil em torno de um ideal comum: a repulsa à violência e a luta pela verdade. O evento gerou um impacto negativo para a ditadura, provando que o regime havia perdido o controle narrativo e social. As forças de repressão não conseguiram dispersar a multidão, e a mobilização se tornou um símbolo de resistência e o prenúncio da derroca da final do regime.

“A importância do ato de outubro de 1975 é que ele marca o início do fim da ditadura militar no Brasil. Ainda levaria dez anos para termos novamente um governo sem militares, mas aquele momento foi decisivo”, aponta Ivo Herzog, filho de Vlado, em entrevista à equipe de Aventuras. ►

Paralelamente à mobilização de rua, a imprensa e a família de Vlado iniciaram a luta pela verdade jurídica e política:

MANIFESTO "EM NOME DA VERDADE"

Em 1976, o SJSP encaminhou à Justiça Militar o manifesto, um abaixo-assinado que reuniria mais de 1.000 jornalistas. O documento apontava as contradições e os fatos não esclarecidos sobre a morte de Herzog, denunciando publicamente a farsa do suicídio. Essa manifestação coletiva contribuiu significativamente para o enfraquecimento da ditadura e a retomada democrática.

A PRIMEIRA CONDENAÇÃO

Em 1978, a Justiça brasileira, em uma sentença histórica proferida pelo juiz Márcio José de Moraes, condenou a União (o Estado brasileiro) pela prisão ilegal, tortura e morte de Vladimir Herzog. Esta vitória judicial precoce, obtida ainda sob a vigência do regime militar, foi um reconhecimento inédito da responsabilidade do Estado e um marco para a luta pelos direitos humanos no país.

A morte de Herzog gerou uma onda de protestos e manifestações também no exterior, o que obrigou o governo brasileiro a enfrentar um escândalo internacional que mobilizou ativistas em prol dos direitos humanos na América Latina, aumentando a pressão sobre o regime.

Em celebração aos 50 anos da morte de Vlado, a Comissão Arns e o Instituto Vladimir Herzog realizarão a recriação do ato inter-religioso na Catedral da Sé no próximo dia 25 deste mês. “Passados 50 anos, seguimos vendo nossa democracia ameaçada, e lembrar desse marco é fundamental para entendermos o quanto a luta de então abriu caminho para a reconquista democrática”, continua.

VLADO, O LEGADO

Meio século após seu assassinato, o legado de Vladimir Herzog transcende a figura do jornalista e se consolida como um pilar fundamental da democracia brasileira e do movimento de Memória, Verdade e Justiça. Sua trajetória de luta e a luta de sua família pavimentaram um caminho que resultou em importantes avanços jurídicos, institucionais e sociais.

A base deste legado é a figura de sua esposa, Clarice Herzog. Após a morte do marido, Clarice assumiu um papel de protagonista na história da resistência brasileira. Ela se recusou a aceitar a mentira do suicídio, reunindo o que viria a ser conhecido como Dossiê Herzog — uma coleção de provas, artigos e documentos que atestavam a tortura e o assassinato de Vlado. Sua determinação foi a força

motriz que manteve o caso vivo por cinco décadas.

Em 2025, no marco dos 50 anos de luta, Clarice Herzog finalmente recebeu a reparação econômica em prestação mensal pelo Estado, um reconhecimento tardio, mas crucial, da perseguição política sofrida pelo seu marido. Clarice é justamente reconhecida como uma heroína por sua determinação incansável.

O RECONHECIMENTO OFICIAL DA VERDADE

A luta pela verdade legal foi longa e árdua. Em 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu oficialmente que Vlado havia sido assassinado. No entanto, o reconhecimento oficial mais emblemático ocorreu em 2013, a pedido da Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a retificação de seu atestado de óbito. No lugar da mentira de “enforcamento por asfixia mecânica” (suicídio), o documento passou a constar a verdade histórica: “a morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos durante o interrogatório em dependência do II Exército – SP (DOI-Codi)”.

Em março de 2025, a ministra dos Direitos Humanos e Cidadania formalizou a anistia *post mortem* de Vladimir Herzog, por meio da Portaria nº 525, reconhecendo-o oficialmente como vítima do

CAUSA DA MORTE
LESÕES E MAUS TRATOS ***

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
** VLADIMIR HERZOG **

MATRÍCULA:
** 119099 01 55 1975 4 00167 271 0083264-86 **

ESTADO CIVIL E DATA DO CASAMENTO: 38 ANOS DE IDADE

RESIDÊNCIA: RUA OSCAR FREIRE, 271, SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP ***

DATA E HORA DO FALLECIMENTO: VINTE E CINCO DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO - EM HORA IGNORADA

LOCAL DE FALLECIMENTO: PO II EXÉRCITO-SP (DOI-CODI) NA RUA TOMAS CARVALHAL, 1030, PARATÓ, MEDITERRÂNEA

LOCAL DE SEPULTAMENTO: CEMITÉRIO ISRAELITA, BUTANTÁ, CAPITAL

DECLARANTE: ERICH LESCHNER

ASSINATURA DO MÉDICO QUE ATENDU O ÓBITO: DR. ABILDO DE TOLEDO VIANA, LEGISTA

A certidão retificada, depois de anos de luta de Clarice Herzog para provar a causa da morte



regime e vítima de perseguição política.

"Esse reconhecimento é mais um capítulo da longa jornada em busca de justiça pelo que aconteceu com ele. É o Estado brasileiro, em tese a nação brasileira, reconhecendo os crimes bárbaros que ele sofreu e afirmando que deve haver reparação", aponta Ivo.

A CONDENAÇÃO INTERNACIONAL E A IMPRESCRITIBILIDADE

O avanço mais significativo e de maior alcance legal veio em nível internacional. Em 2018 (com sentença publicada em 2023), a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) condenou o Estado brasileiro no "Caso Herzog". A Corte considerou o Estado responsável pela violação do direito à verdade e à integridade pessoal da família, mas, mais importante, classificou os fatos ocorridos contra Vladimir Herzog como um crime de lesa-humanidade.

Ao fazer essa classificação, a Corte IDH determinou que o Estado brasileiro não pode invocar a Lei de Anistia, a prescrição ou qualquer outra excludente de responsabilidade para se eximir do dever de investigar e punir os responsáveis pela tortura e assassinato. A Corte ordenou que o Brasil reinicie as investigações e os processos penais para identificar, processar e responsabilizar os autores do crime, reconhecendo o caráter imprescritível de tais crimes.

Apesar da condenação, o Brasil ainda tem pendências no cumprimento total da sentença da Corte, o que mantém viva a luta por uma justiça completa e a punição dos torturadores.

"Mas o principal capítulo dessa história ainda não foi escrito: a revisão da Lei de Anistia pelo Supremo Tribunal Federal. Há uma ação parada há mais de oito anos, sob relatoria do ministro Dias Toffoli, que precisa voltar ao plenário. A anistia perdoa os crimes políticos, mas nunca deveria perdoar crimes comuns como sequestro, tortura e assassinato. A demora em rever isso é um combustível para que pessoas como as que vimos no 8 de janeiro tentem novos golpes e novas rupturas democráticas", finaliza Ivo Herzog.

AH

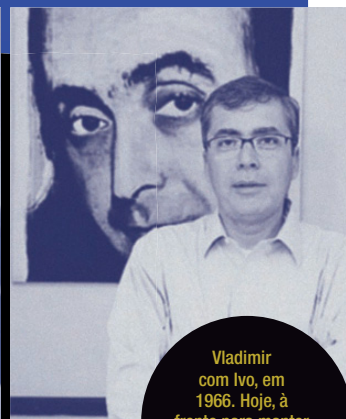
Vlado, meu pai

Qual a importância de revivermos a história e memória de Vlado nesses 50 anos de sua morte?

IVO HERZOG: Revivermos a história e a memória do meu pai nesses 50 anos é fundamental porque cerca de 60 a 70% dos brasileiros não viveram a ditadura. Conhecer essa história, lembrar a memória e saber o que aconteceu é uma forma de ensinar as pessoas. Só por meio desse conhecimento e desse ensinamento conseguimos fortalecer a sociedade e dificultar que atrocidades como aquelas voltem a acontecer. Inclusive, eu poderia dizer que o atual julgamento dos golpistas de 8 de janeiro tem muito a ver com isso.

Como você enxerga o legado do seu pai?

O legado do meu pai é absolutamente complexo e tem várias dimensões. Existe uma dimensão muito pessoal, dentro da família, marcada por um olhar genuíno sobre o que é uma sociedade democrática, em que todos devem ter seus direitos respeitados. A vontade da maioria deve escolher nossos governantes, mas para garantir também os direitos das minorias. Há também a dimensão social: foi esse legado que levou 8 mil pessoas ao ato de 31 de outubro de 1975. Eu não o chamo de herói, porque ele não era um herói, mas uma vítima da ditadura. E essa condição sensibilizou a sociedade, tanto pelas circunstâncias da sua morte quanto por quem ele era. Ele não era um ativista político, não empregava violência. Buscava o diálogo, o ensinamento e a informação como formas de criar reflexão dentro da sociedade. Mesmo em um contexto de repressão, acreditava que a ditadura podia ser derrotada e que a democracia seria reconquistada.



Vladimir com Ivo, em 1966. Hoje, à frente para manter vivo todo legado deixado pelo pai



A EXECUÇÃO DE MARIA ANTONIETA

Poucas figuras da nobreza marcaram tanto a história quanto Maria Antonieta. Nascida em 1755, arquiduquesa dos Habsburgo e enviada à França aos 14 anos para selar a aliança com os Bourbons, ela virou rainha em 1774 ao lado de Luís XVI. Sua juventude glamourosa, o Petit Trianon, os bailes e a moda a projetaram, mas também a transformaram em alvo de boatos — aquilo que hoje chamaríamos de fake news. O célebre “se não tem pão, que comam

bríoches” não tem comprovação documental; a própria tradição crítica reconhece que a frase lhe foi atribuída *a posteriori* para cristalizar a imagem de uma soberana fútil em tempos de crise. A caricatura colou e foi amplificada por panfletos difamatórios (os *libelles*), muitos com teor sexual e misógino, explorando a condição de uma mulher em posição de poder. Como observa Antonia Fraser, Maria Antonieta foi “menos julgada por suas ações e mais pelo papel que a opinião pública re-

volucionária lhe atribuía”, revelando como gênero e propaganda moldaram seu destino.

A vida privada também virou munição pública. O atraso de sete anos até a primeira gravidez rendeu especulações sobre impotência, frigidez e adultério — insinuações que, como nota Évelyne Lever, dizem mais sobre a propaganda e a moralização do corpo feminino do que sobre a personalidade real da rainha. A avalanche de boatos atingiu o auge no “Caso do Colar de Diamantes” (1785), quando estelionatários usaram seu nome para fraudar um colar caríssimo; embora ela o tivesse recusado, o escândalo arranhou a monarquia e alimentou o mito da “Madame Déficit”. No pano de fundo, a França sofria colheitas ruins (1787-1789) e explosão do preço do pão — um terreno fértil para transformar a rainha em bode expiatório.

Com a Revolução de 1789, a família real foi levada das graças de Versalhes às grades da Torre do Templo, depois da fracassada fuga de 1791. Após a execução de Luís XVI (janeiro de 1793), Maria Antonieta foi transferida para a Conciergerie — a “antecâmara da guilhotina”. O processo que se seguiu, em 14-16 de outubro de 1793, no Tribunal Revolucionário, condensou a tempestade de anos. A promotoria, nas mãos de Antoine Fouquier-Tinville, alinhou acusações de conspiração com potências estrangeiras, esbanjamento de fundos e, sobretudo, imputações morais. Jacques-René Hébert, figura central da imprensa radical que já alimentara libelos pornográficos, empurrou a denúncia de incesto com o filho, arrancada sob coação. Diante desse golpe baixo, a ex-rainha respondeu: “A natureza se recusa a permitir tal acusação feita a uma mãe. Eu apelo a todas as mães aqui presentes”. Foi um raro momento de empatia em um julgamento cujo veredito, como lembra Fraser, já estava politicamente selado.

A defesa — conduzida por Claude-François Chauveau-Lagarde e Tronson du Coudray, com pouquíssimas horas para se preparar — mal teve chance. Ainda assim, a ré desmontou algumas peças frágeis (documentos “assinados” quando

ela já estava presa), admitindo apenas que “talvez se tenha gasto mais do que eu desejaria” no Petit Trianon. Condenada por alta traição nas primeiras horas de 16 de outubro, ela escreveu suas derradeiras cartas à cunhada e aos filhos, pedindo que se perdoasse o menino, manipulável “pela idade”. Às 11h, foi levada em carroça aberta — sem a carruagem fechada concedida ao marido —, vestida de branco, cabelos cortados e mãos atadas. Segundo a historiadora da moda Caroline Webber, o branco, “coexistência simultânea de todas as cores”, tornou-se símbolo derradeiro: martírio, céu, páginas em que sua história “será escrita muitas vezes”. No cadafalso da Place de la Révolution, ao pisar no pé do carrasco, teria dito: “Perdoe-me, senhor. Não foi por mal”. Às 12h15 de 16 de outubro de 1793, a lâmina caiu.

O legado veio em ondas. No imediato, ela foi a “viúva Capeto”, a “loba austríaca”, ícone negativo do Antigo Regime. Mas, como analisa Felipe Goebel, o século XIX ressignificou sua imagem: de bode expiatório a mártir e, depois, modelo — em especial quando, em 1815 e na

Maria Antonieta é construída entre documento, mito e romance

Restauração, seus restos foram trasladados a Saint-Denis com honras reais. Essa mutação ecoa o que Lever sublinha sobre o poder da propaganda e o que Fraser expõe ao reconstituir a engrenagem política do Terror. Já Emanuelle Amaral Almeida Marçal, dialogando com a biografia literária de Stefan Zweig, mostra como a própria narrativa sobre Maria Antonieta é construída entre documento, mito e romance, revelando uma trajetória continuamente recontada. Hoje, quando discutimos desinformação e misoginia nas redes, é difícil não reconhecer na rainha guilhotinada o protótipo moderno da mulher pública devorada por boatos — e periodicamente reabilitada pela história.



VÍTOR SOARES
É PROFESSOR DE HISTÓRIA,
AUTOR DE LIVRO E
APRESENTA O PODCAST
HISTÓRIA EM MEIA HORA

A exumação e as relíquias de Carlo Acutis

COMO A IGREJA PREPAROU OS RESTOS
DO "SANTO MILLENNIAL" PARA A
VENERAÇÃO PÚBLICA E ESPALHOU RELÍQUIAS
QUE FORTALECEM A DEVOÇÃO

O corpo preservado de Carlo
Acutis, na Igreja de Santa Maria
Maggiore, em Assis, na Itália



Quem visita à Basílica de Santa Maria Maggiore, em Assis, encontra-se diante de um imponente sarcófago. No interior, está o corpo de um jovem vestido com moletom, calça jeans e tênis sneaker, que segura um terço entre as mãos e exibe um semblante sereno, visível através do vidro frontal do caixão. Trata-se de Carlo Acutis, trasladado para o local em 6 de abril de 2019. O espaço se tornou ponto de devoção, onde fiéis se aproximam do “padroeiro da internet” para rezar e apresentar seus pedidos. Mas surge a questão: por que o corpo do beato foi levado a este santuário e não permaneceu em um cemitério?

Carlo foi sepultado no cemitério municipal de Assis. Com o passar do tempo e a crescente divulgação de sua trajetória, o local passou a receber um número cada vez maior de fiéis em peregrinação, o que poderia trazer desafios para a administração do espaço. Segundo Jesús María Silveyra, um dos pontos previstos no processo de santidade é a exumação do corpo do candidato. Na época, Carlo já era reconhecido como “Venerável” e estava em vias de se aproximar da beatificação. A abertura da sepultura atende a diferentes propósitos: confirmar a identidade do candidato, avaliar as condições em que se encontra o corpo ou até mesmo preparar sua futura transferência para um local de maior relevância, capaz de receber adequadamente os fiéis e manter viva a memória do(a) candidato(a). O processo pode incluir ainda a coleta de relíquias, divididas em três categorias. De acordo com Silveyra, as de primeiro grau são partes do próprio corpo do candidato, como ossos, fragmentos de carne ou fios de cabelo. As de segundo grau correspondem a pertences pessoais, como roupas ou objetos de uso cotidiano. Já as de terceiro

grau são itens que tiveram contato com relíquias de primeiro ou segundo grau, sendo consideradas de menor valor, mas ainda significativas para a devoção dos fiéis. No caso de Carlo, a exumação ocorreu em 23 de janeiro de 2019 e contou com a presença de seus pais, Andrea e Antonia. O acontecimento, porém, rapidamente deu origem a uma onda de desinformação nas redes sociais. Passou a circular a ideia de que o corpo do jovem estaria “incorrupto”, ou seja, preservado da decomposição natural, o que na tradição católica é visto como sinal de santidade. No entanto, essa versão não correspondia à realidade e acabou desmentida oficialmente (*you will find more details ahead*).

RELÍQUIAS

Na exumação, seu coração foi retirado, seguindo uma tradição antiga da Igreja Católica. Esse costume prevê que partes do corpo de candidatos à santidade sejam preservadas como relíquias, permitindo que os fiéis possam venerá-las em diferentes lugares. Enquanto a relíquia é destinada à veneração em outro espaço, o corpo permanece exposto em local distinto, preparado para acolher peregrinos. O coração do “*influencer* de Deus” ganhou um destino de grande simbolismo após a exumação, sendo colocado na antiga catedral de São Rufino, em Assis. Além disso, outras relíquias foram produzidas a partir do processo, permitindo que a devoção a Carlo Acutis se espalhasse ainda mais. Uma delas chegou até mesmo ao Brasil, e acabou exposta na Capela Nossa Senhora Aparecida, em Campo Grande, onde atrai fiéis em oração. O envio foi feito por Antonia, a mãe de Carlo, em 2020, após a beatificação do filho. “Para a Igreja canonizar

RELÍQUIAS PODEM SER DIVIDIDAS EM TRÊS CATEGORIAS: PARTES DO CORPO; PERTENCES E ITENS DE MENOR VALOR



alguém, é preciso atestar que essa pessoa existiu, com a exumação. Quando se retira do cemitério, aí se faz as relíquias. Eu fui lá, vi o corpo, estava intacto. Todos os órgãos do Carlo estavam, tanto que pedaços do coração dele foram retirados para fazer esses relicários. Aqui temos um fragmento do coração e fios de cabelo”, salientou o padre Marcelo Tenório ao *Jornal Midiamax*. O religioso acrescentou que o coração foi cuidadosamente fragmentado em pequenas partes, retiradas de forma milimétrica, para que pudessem ser produzidos os reli-

cários destinados à veneração. Além disso, Campo Grande recebeu uma relíquia de segundo grau: um casaco azul que pertenceu a Carlo Acutis. Doado pela família do santo à Paróquia São Sebastião, em Campo Grande, a peça fora exposta durante os eventos comemorativos da canonização. Desde que chegou a Mato Grosso do Sul, estado onde aconteceu o primeiro milagre atribuído a Carlo, o casaco foi tratado com extremo cuidado. A peça é acondicionada em uma maleta equipada com refrigeração, que mantém a temperatura adequada para sua ►



Detalhe do corpo preservado de Carlo Acutis

preservação. O trabalho é realizado por uma equipe que segue protocolos rigorosos de conservação. Entre as medidas adotadas está o uso de luvas especiais, que evitam a liberação de poeira, fibras ou qualquer resíduo capaz de comprometer a integridade do tecido. Quando a exposição terminava, o casaco era retirado do manequim e voltava a ser colocado na mala refrigerada. Em seguida, retorna ao cofre onde permanece protegido.

UM CORPO, DIFERENTES NARRATIVAS

Assim como ocorre com a preservação de relíquias, também o corpo de Carlo Acutis chama a atenção. Desde a exumação, em 2019, a condição em que seus restos foram encontrados gerou grande repercussão, alimentando notícias

falsas sobre a ideia de “incorrutibilidade”, conceito associado à santidade. Na Igreja Católica, o termo “incorruto” é utilizado para designar corpos que permaneceriam preservados de maneira inexplicável, sem sinais evidentes de decomposição e sem o auxílio de métodos artificiais de conservação. Esse fenômeno é interpretado por muitos fiéis como uma manifestação superior. No entanto, existe uma distinção entre a incorruptibilidade e outros tipos de preservação. Fatores como o clima, a umidade ou a ausência de oxigênio podem retardar a decomposição, assim como práticas de embalagem prolongam artificialmente a conservação do corpo. No caso de Carlo, diante da repercussão mundial, o postulador da causa, Nicola Gori, esclareceu que os restos mortais

A EXUMAÇÃO DO CORPO DE ACUTIS GEROU NOTÍCIAS FALSAS SOBRE A IDEIA DE “INCORRUTIBILIDADE”

A FINITUDE DE ACUTIS

havia sido exumados seguindo as normas canônicas e transferidos para preparação, e que era prematuro fazer qualquer julgamento antes das verificações médicas necessárias. O reitor do Santuário do Despojamento reforçou que o cadáver de Carlo estava em bom estado de conservação, mas não incorrupto. Segundo ele, os órgãos estavam preservados, ainda que o corpo apresentasse sinais normais de transformação após a morte. Já o bispo de Assis destacou que, mesmo passando pelo processo natural de decomposição, a integridade anatômica permanecia, com todas as partes ainda conectadas. Esse quadro permitiu que o corpo fosse preparado com técnicas específicas de conservação. “Seu corpo foi exumado em 2019 (retirado do cemitério), como normalmente se faz com aqueles que serão proclamados beatos. Embora seu corpo não estivesse incorrupto, estava inteiro e com todos os órgãos”, explica Silveyra à AH.

Entre os cuidados realizados, destaca-se a reconstrução do rosto com uma máscara de silicone, elaborada a partir de estudos anatômicos e fotografias do “ciberapóstolo”. Inclusive, quando as primeiras imagens do corpo de Carlo viralizaram, as redes sociais amplificaram ainda mais a narrativa equivocada de que ele estaria “incorrupto”. Em entrevista à *Minha Biblioteca Católica*, a mãe do “santo millennial” também refutou a teoria. “Eu não usaria o termo ‘incorrupto’, mas ‘intacto’. Na exumação do corpo, ele estava intacto. Os órgãos precisaram ser tratados, mas alguns permaneceram intactos, como o coração. Normalmente, os órgãos se decompõem primeiro, mas depois de alguns meses a decomposição chega. Foi um pequeno sinal de Deus: Carlo pôde ser exposto com suas roupas, até os sapatos, porque estava intacto. Naturalmente, incorrupto só Nossa Senhora e Jesus, porque a pele sofre, se deteriora. Mas ele estava intacto, e isso impressiona os jovens, que veem alguém da idade deles. É um belo sinal que o Senhor deu. Mas há muitos santos maravilhosos que não permanecem intactos; isso não significa que não fossem santos. Pequenos sinais nos fortalecem na fé”, enfatizou Antonia Salzano

POR THIAGO LINCOLINS

Carlo Acutis impressionava pela maturidade com que tratava sua própria finitude. Já debilitado pela leucemia, acordou sentindo uma intensa fraqueza muscular, conhecida como astenia, e foi levado ao hospital. Na ocasião, disse à mãe com firmeza: “Mãe, daqui não sairei vivo”. Era como se tivesse consciência antecipada do desfecho. Pouco tempo depois, veio a confirmação médica da gravidade de seu estado. Meses antes, ele havia se filmado afirmando: “Quando pesar 70 kg, estou destinado a morrer.” Curiosamente, esse era exatamente o peso que tinha no momento de sua morte, episódio registrado em um documentário produzido pelo Vaticano e exibido no documentário *O Céu Não Pode Esperar*, lançado em 2023. Desde a infância, Carlo demonstrava essa sensibilidade incomum em relação ao próprio destino. Costumava dizer a Rajesh, amigo próximo da família: “Morrerei porque uma veia se romperá no cérebro.” A mãe, intrigada, questionava como ele poderia prever algo tão específico. Mais tarde, a realidade confirmou suas palavras: a hemorragia cerebral provocada pela leucemia foi, de fato, a causa de sua morte precoce.

ines249

LITERATURA

TREMEMBÉ

O PRESÍDIO DOS FAMOSOS

POR ULLISSES CAMPBELL

Taubaté, 29 de setembro de 2021. Na Faculdade Anhanguera de Taubaté todos os alunos são iguais, mas alguns eram mais iguais do que os outros. Na aula inaugural da turma de Biomedicina do segundo semestre de 2021, os cinquenta calouros ficaram alvoroçados com a entrada do diretor da instituição, Ronaldo Gonçalves do Nascimento. Ele não apareceu para dar as boas-vindas, mas para comunicar algo fora do comum: a assassina Suzane von Richthofen, então com 38 anos, havia sido aprovada no vestibular e passaria a frequentar as aulas.

Inicialmente, a estudante foi matriculada no curso de Farmácia, mas, como não houve número suficiente de inscritos naquele semestre, acabou remanejada para Biomedicina. Na sala de aula, o diretor fez um pedido tão claro quanto inusitado: nenhum aluno deveria importunar Suzane. Fotografias estavam terminantemente proibidas, assim como qualquer menção ao crime cometido por ela.

A chegada da assassina foi cercada de cuidados institucionais inéditos. Outros detentos de Tremembé também estudaram na faculdade, como Gil Rugai, aluno do curso de Arquitetura, condenado a 33 anos pela morte do pai e da madrasta. O ex-promotor Igor Ferreira da Silva, condenado a 16 anos por matar a esposa grávida, graduou-se em Logística. Nenhum deles, no entanto, recebeu o mesmo nível de blindagem.

Antes de Suzane iniciar as aulas, seus advogados, liderados por Sthefanie Guadalupe dos Santos, de 32 anos, realizaram uma inspeção no local. A comissão de frente da parricida pediu à direção para visitar a sala da aluna, localizada no fim do corredor do segundo andar do prédio principal. Verificaram o trajeto que ela faria do portão até a carteira onde se sentaria e também inspecionaram a lanchonete, os corredores e o pátio onde os estudantes se reuniam nos intervalos. Na época, Suzane também era defendida pela advogada Adriana Martorelli. “Mas eu me recusei a fazer esse tipo de serviço, porque não era função de uma advogada. Minha missão era garantir o direito de Suzane estudar”, esclareceu Martorelli, em março de 2025.

A preocupação do abre-alas jurídico da assassina não era à toa. A presidiária temia ser linchada por alunos e professores, já que fora condenada a quase quarenta anos por mandar matar os próprios pais a pauladas, em 2002, enquanto dormiam. Sua entrada no ensino superior já havia sido motivo de

embates judiciais. Em abril de 2016, ela foi aprovada no vestibular para o curso de Administração, também na Anhanguera de Taubaté. No entanto, a 2ª Vara de Execuções Criminais da cidade vetou a matrícula, alegando que sua presença causaria repulsa no ambiente acadêmico.

Suzane recorreu à segunda instância do Tribunal de Justiça de São Paulo e obteve decisão favorável do desembargador Damião Cogan, que concedeu mandado de segurança garantindo seu direito de estudar fora da penitenciária. Na decisão, o magistrado afirmou que a rejeição prevista era uma ilação subjetiva e que apenas a convivência prática permitiria avaliar sua integração com os demais. Apesar da vitória judicial, Suzane optou por não se matricular naquele ano. Em 2017, tentou novamente. Foi pré-selecionada para um empréstimo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), uma linha de crédito bancada pelo governo federal. Ela também conquistou, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), uma das duas ►



vagas oferecidas pela Faculdade Dehoniana de Taubaté para o curso de Administração. Obteve 675,08 pontos, muito acima da média nacional, de 519,03. Ainda assim desistiu, também alegando receio de represálias dentro e fora da sala de aula.

No dia 29 de setembro de 2021, uma quarta-feira, Suzane debutou na Faculdade Anhanguera. Optou por dar as caras apenas no terceiro dia de aula, para evitar o constrangimento de ouvir seu nome famoso pronunciado em voz alta na chamada inaugural. Também queria escapar do ritual comum entre calouros de faculdades particulares, no qual os alunos se levantam e falam para a classe um pouco sobre si. Quando finalmente apareceu em sala, esses protocolos já haviam sido cumpridos.

Usando tornozzeira eletrônica, Suzane saía todos os dias de Tremembé no final da tarde e retornava pontualmente às 23h. A experiência acadêmica lhe trouxe um sabor de *déjà-vu*. Quando mandou Daniel Cravinhos matar seus pais, em 2002, cursava Direito na Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC-SP), mas precisou abandonar o curso ainda no primeiro semestre, por causa da prisão. Entre a noite do crime, 31 de outubro, e o momento em que foi descoberta pela polícia, passaram-se vinte dias. Nesse período, frequentou normalmente as aulas. Pelos corredores, dissimulada, fingia tristeza. Como os colegas acreditavam que Manfred e Marísia von Richthofen tinham sido mortos por assaltantes durante um latrocínio, demonstraram solidariedade e ofereceram apoio emocional à estudante.

No enterro, em 1º de novembro, parte da turma compareceu em peso para consolá-la. Dois dias depois, no domingo em que Suzane completou 19 anos, os universitários organizaram um churrasco de aniversário à beira da piscina da mansão onde o casal havia sido assassinado. Suzane se animou com a presença das amigas, vestiu biquíni e dançou ao som de música eletrônica. As imagens da *pool party* foram registradas, tornando-se mais tarde um símbolo da frieza e do cinismo atribuídos a ela. Por anos, acreditou-se que Suzane promovera a comemoração para celebrar a morte dos pais. Essa tese foi defendida inclusive pelos promotores de acusação contra ela no Tribunal do Júri, em junho de 2006. “Matou os pais, foi ao motel transar com o namorado assassino, chorou no enterro e depois deu um churrasco para festejar”, esbravejou o promotor Roberto Tardelli durante o julgamento do trio de assassinos.

Em maio de 2024, antigos colegas da PUC esclareceram os bastidores da polêmica festa: contaram que a iniciativa partiu exclusivamente deles, que não queriam deixar o aniversário da amiga passar em branco. A intenção era consolar Suzane, que àquela altura parecia desolada. Ninguém imaginava que estavam oferecendo apoio à verdadeira mandante do crime. Pressionada pela investigação, Suzane confessou o assassinato dos pais duas semanas depois do aniversário. Os colegas ficaram chocados com os desdobramentos do caso. Alguns chegaram a mandar cartas para ela na cadeia, xingando-a. “Ficamos tão atordoados quando descobrimos que ela era a mandante da morte dos pais, que passamos anos sem comentar o churrasco. Hoje, o Brasil inteiro sabe que a Suzane é uma assassina. Mas verdade seja dita: ela não organizou a festa. Nós insistimos



A família von Richthofen



Os irmãos Cravinhos e Suzane no dia da prisão

muito. Lembro que ela nem queria. Mas o fato é que ela acabou se divertindo, dançando com o Daniel Cravinhos. Até o irmão dela, Andreas von Richthofen, também dançava, mas ouvindo sua própria música num fone de ouvido. Acho que a Suzane acabou entrando no clima da festa para manter a farsa de que os pais haviam sido vítimas de latrocínio. Mesmo assim, soava estranho uma filha enterrar os pais num dia e, no outro, estar feliz”, relatou Emerson Santiago, de 41 anos, advogado, em agosto de 2024.

A bem da verdade, dezenove anos depois de abandonar o curso de Direito da PUC, Suzane ainda morria de medo de ser rejeitada por estudantes universitários. Para dar-lhe apoio moral na Anhangueira, a advogada-babá, Sthefanie Guadalupe, foi buscá-la na porta da penitenciária. A defensora aproveitou que o namorado na época era motorista de aplicativo e conduziu a parricida até a faculdade. Suzane finalmente tinha se livrado do uniforme composto por calça bege e camiseta azul. Caprichou no figurino à paisana. O que parecia apenas uma escolha estética era, na verdade, um grito de liberdade e uma expressão de vaidade contida por anos. Em 2014, numa entrevista a Gugu Liberato, ela já havia comentado que não usava calça jeans havia doze anos e que nem sabia mais qual número vestia, pois a calça do sistema prisional tinha elástico, que se ajustava a todo tipo de cintura. Naquele dia, porém, Suzane escolheu uma camisa xadrez de mangas longas, levemente dobradas até o antebraço, equilibrando formalidade e descontração. Vestia uma calça jeans justa, que delineava suas curvas. Nas costas, levava uma mochila de couro vermelha, estruturada e de aparência nova. Nos pés, calçava tênis casuais discretos, adequados ao trajeto entre a cadeia e o campus. Os cabelos, cortados na altura dos ombros, estavam soltos. E, aproveitando-se da pandemia do coronavírus, escondia o rosto atrás de uma máscara de proteção.

Sem-noção, assim que conquistou o direito de estudar, Suzane teve a cara de pau de pedir à Justiça que o Estado bancasse seu transporte de ida e volta para a universidade e ainda lhe garantisse escolta de segurança. Ela queria que agentes pe-

nitenciários a acompanhassem durante todo o tempo em que estivesse fora da cadeia, inclusive na sala de aula, como se fosse uma celebridade. Obviamente seus pedidos de diva foram negados pela Justiça. A parricida precisou se virar sozinha, contratando seguranças particulares e usando o transporte público para se locomover.

Amedrontada, Suzane seguiu escoltada pela advogada-babá até o portão principal da Anhangueira. A defensora pretendia levá-la até a sala de aula, mas foi barrada na entrada por seguranças e pelo coordenador, Vitor Alexandre da Silva. Acompanhada do namorado, Sthefanie insistiu, citou artigos constitucionais, regras do consumidor, direitos da pessoa presa, Lei de Execução Penal, políticas de direitos humanos e até regimentos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para justificar que poderia acompanhar a aluna até sua carteira. “Estamos preocupados com a segurança da minha cliente”, alegou. “Mas eu vetei, dizendo que ela seria tratada na faculdade como uma aluna

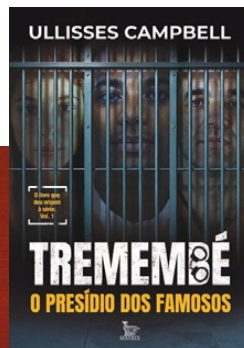
A BARRA DA CALÇA JEANS COLADA AO CORPO SUBIU, REVELANDO A TORNOZELEIRA ELETRÔNICA DE CAIXA E ALÇA PRETAS, NADA DISCRETA...

qualquer, que não teria nenhum privilégio”, disse o coordenador, em junho de 2025.

Trêmula, passos largos, cabeça baixa. Foi assim que Suzane cruzou sozinha o hall de entrada, atravessou uma pequena calçada, entrou no Bloco A, subiu as escadas até o andar superior e avançou por um dos corredores até a sala de aula. No trajeto, evitou os olhares. Os alunos que a reconheceram no caminho respeitaram a orientação da direção e não cumprimentaram a ilustre universitária. Já em classe, Suzane escolheu a terceira cadeira da fileira encostada à parede, perto da porta. Ao se sentar, veio o primeiro constrangimento. A barra da calça jeans colada ao corpo subiu, revelando a tornozeleira eletrônica de caixa e alça pretas, nada discreta, colada à pele, com sua luz de LED verde pulsante, piscando sem trégua. Tentou puxar o tecido para esconder o dispositivo incômodo. Em vão. O aparelho permaneceu à mostra, como se gritasse “estou aqui”. ►

Implantadas no Brasil em 2010 pela Lei nº 12.258, as tornozeleiras eletrônicas são dispositivos de monitoramento usados como alternativa à prisão tradicional. Com cerca de 200 gramas, são resistentes a água e a poeira e operam por sistema de posicionamento global (GPS), transmitindo os dados de localização em tempo real por redes móveis para uma central de vigilância. Esses dados viajam criptografados por meio de ponto de acesso (APN) exclusivo. A bateria, com autonomia de até 48 horas, é alimentada diariamente com um carregador bivolt com cabo de até três metros. Além do rastreamento geográfico, o aparelho emite sinais sonoros e a tal luz de LED verde piscante, indicando que está em funcionamento. O equipamento também dispara alertas em caso de violação de rota, tentativa de remoção ou fim da bateria. O uso da tornozeleira ficou amplamente conhecido durante a operação Lava Jato, quando políticos e empresários passaram a ser monitorados fora das penitenciárias. Além de contribuir para a diminuição da superlotação carcerária e da despesa pública, o mecanismo permite que detentos em regime semiaberto possam trabalhar, estudar e conviver com a família, sempre sob supervisão judicial rigorosa.

Suzane chegou a passar por uma situação inesperada em plena sala de aula, quando a tornozeleira começou a apitar, chamando a atenção da turma inteira. Ao olhar para o aparelho, percebeu que uma luz azul piscava sem parar, sinalizando que a bateria estava prestes a descarregar. Se o equipamento perdesse o contato com a base de monitoramento, a assassina poderia ser punida imediatamente, inclusive com a possibilidade de a polícia aparecer na faculdade para levá-la de volta à prisão. Sem pensar duas vezes, retirou o carregador da mochila, pediu licença ao professor, levantou-se às pressas e plugou o acessório na tomada mais próxima, localizada em uma parede distante. Em seguida, voltou ao seu lugar e continuou assistindo à aula, com a tornozeleira ligada por um fio esticado que atravessava boa parte da sala, chamando ainda mais a atenção dos colegas. **AH**



TRECHO RETIRADO
DO LIVRO *TREMEMBÉ:*
O PRESÍDIO DOS
FAMOSOS, DE
ULLISSES CAMPBELL
E PUBLICADO PELA
MATRIX EDITORA

ines249



CAS

CONECTANDO AMOR NO SERTÃO

OBRIGADA!

*Você ajudou a mudar a vida
dessas pessoas na primeira
fase da campanha, que
arrecadou **100 cisternas**.*

Agora, nosso objetivo é entregar

MAIS 100 CISTERNAS

*para que essas famílias tenham
acesso ao básico, **ÁGUA**.*



**Acesse, doe e
faça diferença
no mundo!**

visaomundial.org.br/sertao

Ou aponte a
câmera do seu
celular para o
QR code ao lado



Veja no link o documentário
completo que destaca a
**resiliência das mulheres diante
da escassez de água** e o início
das entregas da primeira fase.

**MULHERES NO SERTÃO
A FORÇA QUE
SUPERA A SECA**



UMA CAMPANHA DE

CARAS



Visão Mundial

Nazistas no banco dos réus durante os julgamentos de Nuremberg



JULGAMENTO: O PODER NO BANCO DOS RÉUS

Querido(a) leitor, nos dias atuais a palavra “julgamento” talvez traga à sua mente imagens de um tribunal superior em nossa capital, onde generais e um ex-presidente se tornaram o centro de um longo e profundo processo. Contudo, sendo esta uma coluna de história, o evento que vamos abordar é outro: viajaremos juntos de volta à Alemanha de 1945, para entender o Tribunal de Nuremberg.

Após um conflito de proporções épicas, levando em conta, principalmente, a escala da barbárie cometida, o mundo se viu diante de uma questão complexa: o que fazer com os derrotados? A solução tradicional, aplicada desde tempos imemoriais – a mesma que marcou o fim da Primeira Guerra Mundial –, seria impor reparações coletivas à nação perdedora.

Os Aliados, contudo, carregavam a dura lição aprendida com o Tratado de Versalhes. Sabiam que culpar todo um povo havia gerado apenas humilhação e ressentimento, pavimentando o terreno para a nova guerra. Por isso, a escolha em Nuremberg foi revolucionária: em vez de punir a nação, o foco da justiça se voltaria para seus líderes, individualizando a culpa.

Claro, o Führer não estava no banco dos réus, mas seu braço direito, o Reichsmarschall Hermann Göring, e diversas outras personalidades do alto escalão nazista estavam lá. A intenção declarada dos vencedores era evitar que tais atrocidades se repetissem e, para isso, era preciso expor a escala antes impensável dos crimes cometidos. A responsabilização pessoal daqueles que deram as ordens não era

mais uma opção, mas uma necessidade histórica.

E para que essa justiça fosse não apenas feita, mas também vista em todo o mundo, os símbolos desempenhariam um papel central, a começar pela escolha de Nuremberg para sediar o tribunal. A cidade fora o coração cerimonial do Reich, o palco dos congressos monumentais onde a propaganda nazista, com seus desfiles e discursos inflamados, se consagrava anualmente. Sediar o julgamento ali era, portanto, dismantlar o mito no seu próprio altar.

Realizado no imponente Palácio da Justiça da cidade, o tribunal foi uma revolução tecnológica para a época. Pela primeira vez, um processo legal era integralmente filmado e contava com um complexo sistema de tradução simultânea, garantindo que as palavras dos réus e as provas das atrocidades ecoassem sem filtros para o mundo.

Entretanto, toda essa estrutura de vanguarda precisava de um alicerce jurídico igualmente revolucionário. Para isso, o estatuto do tribunal definiu crimes até então inéditos na esfera internacional: Crimes contra a Paz, por planejar e iniciar a guerra; Crimes de Guerra, pelas atrocidades cometidas em combate; e, o mais inovador, Crimes contra a Humanidade, para julgar o extermínio e a perseguição de civis.

Estabelecido o alicerce jurídico, a promotoria se lançou em uma verdadeira corrida contra o tempo por provas. Foi um esforço monumental, afinal, com a guerra na Europa terminada em maio, os Aliados tiveram menos de seis meses para reunir e processar um volume avassalador de documentos. Milhões de páginas da meticulosa burocracia nazista foram vasculhadas, transformando o que era orgulho organizacional do Reich na principal arma da promotoria. Ironicamente, e talvez como um paralelo sutil aos tempos atuais, os réus forneceram o farto material para a sua própria acusação.

Para dar voz a esse arcabouço de provas, a figura central da promotoria foi o norte-americano Robert H. Jackson. Jurista egresso da era do New Deal, do presidente Franklin Roosevelt, Jackson

personificava a face pública da justiça Aliada, e a história aqui nos brinda com uma de suas peculiaridades: o homem que conduziria um dos mais importantes processos do século XX, e que chegaria à Suprema Corte dos EUA, nunca concluiu formalmente uma faculdade de direito. Sua brilhante atuação, contudo, inscreveu seu nome na história da jurisprudência internacional.

Nos bastidores, porém, um jogo mais silencioso era jogado, um fato que por muito tempo a história esqueceu. Uma ala influente do alto escalão militar estadunidense, embora desejasse a punição dos culpados, movimentava-se para proteger certas peças do oficialato alemão.

Duas forças motivavam essa articulação: de um lado, um certo corporativismo militar, uma espécie de código de honra entre adversários de ofício; de outro, e mais importante, o mais frio

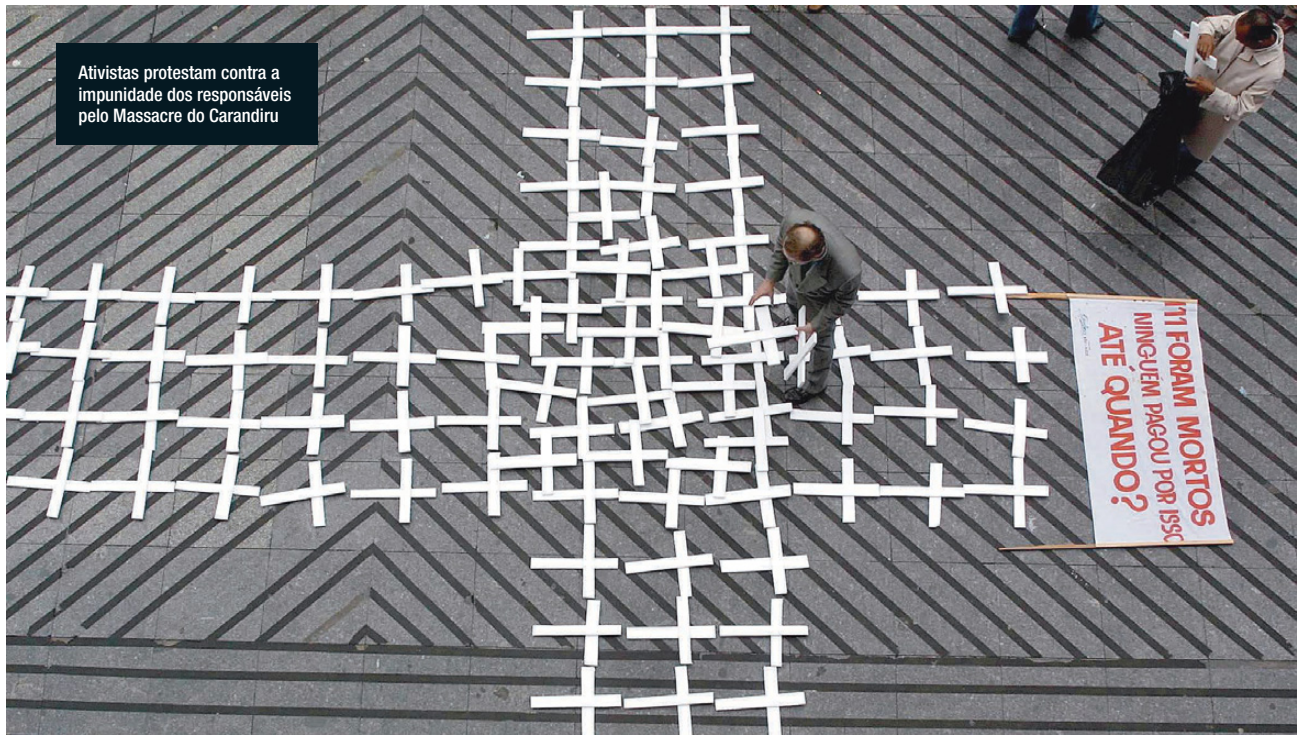
pragmatismo. Com a Guerra Fria já se desenhando no horizonte, o interesse era preservar a *expertise* de generais cuja experiência na luta contra os soviéticos era vista como um ativo estratégico valiosíssimo para o futuro confronto.

Essa visão, que mesclava um certo respeito profissional com o mais puro cálculo geopolítico, influenciou processos posteriores e mostrou que, mesmo no “julgamento que mudou a história”, o futuro já negociava suas alianças.

Apesar dessas complexidades, o objetivo principal dos Aliados teve, de certo modo, sucesso. Nuremberg não apenas puniu culpados, mas, ao expor as atrocidades do Holocausto e demais crimes cometidos pelos nazistas de forma indelével, criou um registro histórico para que o mundo jamais esquecesse.

O julgamento deixou a mensagem de que a responsabilização poderia, um dia, chegar, e suas bases jurídicas inspiraram a criação de tribunais que atuam até hoje, como o Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia. A justiça pode tardar, mas o legado de Nuremberg é a prova de que, no fim, ela prevalece.

A responsabilização pessoal era uma necessidade histórica



111 MORTOS

Em 2 de outubro de 1992, o Brasil manchou de sangue os pilares do seu Estado Democrático de Direito. Mais tarde denominado Massacre do Carandiru, 111 detentos foram mortos por policiais militares dentro do Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo. A operação, comandada pelo então coronel Ubiratan Guimarães, não resultou em baixas policiais nem em apreensões relevantes de armas. O que se viu ali não foi uma ação de contenção, foi um ato de força extrema legitimado pelo silêncio institucional.

Na época, a Penitenciária abrigava mais de 8 mil presos em um espaço projetado para apenas 3.250, mais do que o dobro da capacidade, tornando-a um barril de pólvora prestes a explodir. Superlotação, falta de estrutura, ausência do Estado. O massacre foi apenas o estopim visível de um colapso anunciado.

Décadas depois, a tragédia ainda ecoa nas pri-

sões brasileiras, nas falhas crônicas do sistema de Justiça e na memória de um país que insiste em tratar vidas encarceradas como descartáveis. Mas o horror daquela tarde foi além: o massacre foi também um catalisador para a ascensão do crime organizado, sendo o embrião ao que hoje é considerado o maior grupo criminoso da América Latina, o Primeiro Comando da Capital (PCC).

O COLOSSO PRISIONAL QUE SE TORNOU SÍMBOLO DA TRAGÉDIA NO BRASIL

No coração da zona norte paulistana, durante quase meio século, ergueu-se uma verdadeira cidade dentro da cidade, um complexo de muros altos, celas superlotadas, corredores sombrios e histórias silenciadas. Conhecido por todos como Carandiru, o maior presídio da América Latina foi, por décadas, o retrato mais cruel do sistema penitenciário brasileiro. Mas o que começou com o discurso da modernização e do controle rapida-

mente se transformou em um pesadelo institucional. Palco do maior massacre em presídios da história recente do país, o Complexo Penitenciário do Carandiru hoje vive apenas na memória, e nas cicatrizes de um país que ainda busca entender o preço da aplicação de força desmedida.

O SONHO DE ORDEM E DISCIPLINA

Inaugurado em 1956, o presídio foi batizado oficialmente como Casa de Detenção de São Paulo, embora tenha recebido o apelido de "Carandiru", derivado do bairro homônimo, fato eternizado na cultura popular. O projeto foi assinado pelo arquiteto Samuel das Neves, o mesmo que idealizou outros importantes edifícios públicos da capital.

À época, a proposta parecia promissora: um presídio-modelo, voltado para detentos provisórios, com capacidade para cerca de 3.250 detentos. Havia pavilhões organizados, área médica, refeitórios, biblioteca e espaços para oficinas e ensino. Mas essa estrutura, pensada para a reabilitação, logo sucumbiu à realidade brasileira.

No papel, parecia funcionar. Mas, na prática, esses espaços estavam em ruínas ou desativados, e o poder real estava cada vez mais nas mãos dos próprios presos e das facções que ali nasceram ou se fortaleceram e, com o passar dos anos, a prisão foi se tornando uma bomba-relógio.

UMA ESTRUTURA GIGANTESCA E PRECÁRIA

O complexo ocupava mais de 100 mil metros quadrados, cercado por imponentes muros de concreto e vigiado por guaritas armadas. Era dividido em nove pavilhões, numerados de 1 a 9, conectados por corredores internos e pátios. As celas, originalmente projetadas para poucos detentos, passaram a abrigar dezenas, em alguns casos, mais de cem pessoas por cela.

Cada pavilhão funcionava quase como uma prisão independente, com suas próprias lideranças, códigos internos e tensões. No Pavilhão 9, havia quem dormisse de pé ou em revezamento: não havia espaço para todos se deitarem ao mesmo tempo. Com o tempo, o local foi tomado por doenças infecciosas, como tuberculose, hepatite e aids (HIV), que se espalhavam sem controle.

Na data da tragédia, havia cerca de 2.070 presos (conforme documentos divulgados à época) somente no Pavilhão 9. A estrutura original desse pavilhão havia sido projetada para cerca de 300 a 400 homens. Ou seja, havia mais de cinco vezes a capacidade máxima em funcionamento naquele dia.

UMA DEMOCRACIA RECÉM-NASCIDA, AINDA CONTAMINADA PELA DITADURA

O Brasil de 1992 ainda tateava nos primeiros passos da democracia. A Constituição de 1988 mal completaria quatro anos, e o país saía lentamente da sombra de um regime militar que por mais de duas décadas ensinou que a ordem se impõe pela força, não pelo diálogo.

O Estado que invadiu o Carandiru ainda carregava em seu DNA a lógica da repressão, o olhar duro da caserna, o reflexo automático do autoritarismo. O que poderia ter sido uma demonstração de que a democracia funciona, até para quem está preso, virou um retorno brutal aos anos de exceção.

Ali estava uma oportunidade: mostrar que havia lei, que havia regra, que o motim não seria tolerado, mas sem recorrer ao confronto aberto. O papel do Estado era, acima de tudo, conter a crise com inteligência e firmeza, mas dentro dos limites da legalidade e do respeito à vida; o Estado não soube dialogar. Entrou de forma abrupta, como quem não enxerga o preso como cidadão, mas como inimigo de guerra. Perdeu-se ali uma chance histórica de consolidar a democracia não apenas nas urnas, mas também nos muros das prisões.

A RESPOSTA DO ESTADO: TIRO, NÃO JUSTIÇA

O estopim foi uma briga entre detentos. Um episódio localizado e restrito àquele pavilhão. Em qualquer sistema penal minimamente funcional, isso seria tratado com diálogo, negociação e controle. No Carandiru, virou motivo para o uso desproporcional da força. O governo estadual autorizou a entrada da Polícia Militar. Cerca de 300 policiais invadiram o Pavilhão 9. Diálogo ineficaz, a cadeia estava "virada", diziam, e isso, paradoxalmente, deveria ter sido razão para agir com inteligência, não com violência letal.

O resultado foi uma chacina. Presos foram executados a sangue-frio, muitos já rendidos, outros encurralados e mortos dentro de suas celas. Não houve distinção entre réus primários, condenados ou não julgados. A sentença de morte foi aplicada de forma coletiva e sumária.

DUPLA PENA: PRISÃO E MORTE

Os 111 homens mortos estavam sob custódia do Estado. Já cumpriam pena ou aguardavam julgamento, e estavam protegidos constitucionalmente. Ainda assim, foram mortos como se a prisão não fosse punição suficiente. Ali, o Estado não apenas falhou em garantir os direitos dos detentos. Ele os executou. Aplicou a pena de morte onde ela não existe na lei brasileira.

ENTRE ORDENS E DESPREPARO: QUANDO A OBEDIÊNCIA MATA

É razoável supor que nem todos os policiais tinham a intenção de matar. Muitos apenas obedeciam a ordens em uma estrutura rigidamente hierárquica, em que o questionamento é confundido com insubordinação. Mas há uma diferença clara entre cumprir ordens e desligar o senso de humanidade.

Faltou preparo, liderança e protocolos. Sobrou medo, pressão e ideologia de guerra. O treinamento policial, focado na repressão e não na resolução de conflitos, somado ao despreparo emocional, resultou em um cenário onde o gatilho foi mais rápido que o raciocínio.

O comando optou pela força bruta, não por falta de opção, mas talvez pelo senso comum da tropa de que preso bom é preso morto. Essa lógica contaminou a ação.

A IMPUNIDADE COMO REGRA

O coronel Ubiratan Guimarães foi inicialmente condenado a 632 anos de prisão. Mas a condenação foi anulada em segunda instância. Outros 74 policiais foram condenados em julgamentos realizados mais de 20 anos depois, entre 2013 e 2014 e todas essas condenações foram anuladas em 2016 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sob a fundamentação de que havia nulidades processuais, entre

outros erros. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal determinou a retomada dos julgamentos, após recursos, e no dia 2 de outubro de 2024, na mesma data do massacre, as penas dos policiais condenados foram extintas, com base em um indulto natalino concedido em dezembro de 2022 pelo ex-presidente da República, Jair Bolsonaro.

"NÃO HAVIA SANTO ALI" — E ISSO JUSTIFICA A MORTE?

Um dos argumentos mais utilizados por quem defende ou relativiza o massacre é: "não tinha santo ali dentro". Mas essa frase traduz uma falácia perigosa: a ideia de que a dignidade da vida depende do passado do indivíduo.

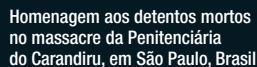
A Justiça não existe para premiar inocentes e punir culpados com morte. Existe para garantir que mesmo quem errou tenha seus direitos assegurados. Defender execuções extrajudiciais é negar a própria essência do Estado de Direito e abrir as portas para a barbárie.

DO MASSACRE AO PCC: O NASCIMENTO DE UM PODER PARALELO

O Massacre do Carandiru também foi um ponto de virada para o crime organizado em São Paulo. Antes, o sistema prisional era marcado pela fragmentação e conflitos internos. Depois do massacre, os presos entenderam que precisavam se unir para sobreviver ao verdadeiro inimigo comum: o próprio Estado.

Foi em 1993, como resposta direta ao massacre, que nasceu o Primeiro Comando da Capital (PCC). Fundado dentro das prisões, o grupo tinha como objetivo inicial defender os detentos contra a brutalidade do sistema. Com o tempo, transformou-se em um império criminoso.

O Estado, ao demonstrar que podia matar quase que impunemente, acelerou a organização de quem vivia sob sua custódia. O PCC ofereceu o que o governo não garantia: proteção, justiça interna e até assistência às famílias dos presos. O que era para ser um ato de "restauração da ordem" gerou exatamente o oposto: um poder paralelo ainda mais forte, articulado e violento.



Hoje, onde antes funcionava o Carandiru, há um parque; Parque da Juventude, com quadras, árvores e wi-fi gratuito. A transformação urbana não apagou, e, obviamente, não deve apagar, a memória do que aconteceu ali.

Depois do massacre, o presídio passou a ser desativado gradualmente. Em 2002, o Carandiru foi oficialmente fechado e, nos anos seguintes, teve a maior parte de sua estrutura demolida. O único remanescente preservado foi o Pavilhão 5, que hoje abriga o Museu Penitenciário Paulista.

Seus muros já não existem. Suas celas foram apagadas do mapa. Mas o Carandiru permanece vivo como memória, e como alerta. O Brasil que demoliu o maior presídio da América Latina ainda não conseguiu destruir os problemas que o criaram; o “fantasma do Carandiru” segue pairando sobre nós, lembrando que o verdadeiro desafio não é demolir um presídio, mas reconstruir o sistema carcerário.

Carandiru foi mais do que um massacre. Foi a execução da ideia de Justiça. Em vez de aplicar a lei, o Estado escolheu a arma de fogo. Em vez de reconhecer sua falência, optou pelo confronto. Ali, ficou claro que, para muitos, a prisão não é um meio de reeducação, é o corredor da morte não oficial.

Enquanto o Brasil não enfrentar suas raízes de violência institucional, novos Carandirus surgirão. Com outros nomes, em outros bairros, com outros alvos, mas sempre com o mesmo padrão: a morte como resposta, e o silêncio como escudo.

O massacre do Carandiru não foi um acidente, foi uma política. E como toda política de morte, precisa ser lembrada para não se repetir. A impunidade institucional, a criminalização da pobreza e o desprezo pela vida seguem presentes. O sistema carcerário continua superlotado, violento e seletivo. Quem não aprende com a história está fadado a repeti-la.

ROSELLE ADRIANE SOGLIO É ADVOGADA CRIMINALISTA, ESPECIALISTA EM PERÍCIAS CRIMINAIS. MESTRE E DOUTORA EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA PELA PUC/SP, PROFESSORA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL, DIREITO PENAL, MEDICINA LEGAL, CRIMINALÍSTICA E CRIMINOLOGIA. VICE-PRESIDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS- ABCCRIM.

NOS AJUDE A PROTEGER A VIDA



#JuntosÉpossível
doe.wwf.org.br

O WWF-Brasil desenvolve, há mais de 23 anos, projetos e iniciativas de conservação do meio ambiente para que a sociedade brasileira conviva em harmonia com a natureza, em benefício das gerações atual e futura.

wwf.org.br

SIGA NOSSAS REDES
WWF-Brasil

